

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 21**

(Sem revisão final)

26 de fevereiro de 2019

(18 h 09 m – 21 h 14 m)

**Ordem do dia:**

Audição do Tenente-General José Carlos Filipe Antunes Calçada

**Presidente da Comissão:** Filipe Neto Brandão

**Deputados:**

Telmo Correia (CDS-PP)

Jorge Machado (PCP)

Carla Barros (PSD)

Jorge Gomes (PS)

João Vasconcelos (BE)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Srs. Deputados, vamos iniciar mais uma audição da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

*Eram 18 horas e 9 minutos.*

Connosco, hoje, temos o Sr. Tenente-General José Carlos Filipe Antunes Calçada, a quem agradeço a disponibilidade para estar presente.

Como sabem, em termos acordados e em conformidade com o Regimento, hoje, sequencialmente, iniciará a audição o Grupo Parlamentar do CDS-PP, através do Sr. Deputado Telmo Correia.

Porém, ainda antes de dar a palavra ao Sr. Deputado, o Sr. General referiu que pretende usar da palavra, como é sua prerrogativa, para uma declaração inicial.

Assim, e reiterando os meus cumprimentos, tem, de imediato, a palavra o Sr. General.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de saudar esta Comissão, os seus Deputados e, através de VV. Ex.<sup>as</sup>, toda a Câmara, todo o Parlamento de Portugal.

Não há democracia sem um Parlamento e não há Parlamento sem Deputados empenhados em providenciar tudo aquilo de que o País precisa, do ponto de vista legislativo.

Portanto, a minha primeira palavra é de saudação, manifestando o desejo de que esta Comissão possa cumprir a sua missão — que é, digo eu, um termo bem militar —, ou seja, apurar as responsabilidades políticas e concluir quais foram as consequências da «crise de Tancos».

Em segundo lugar, queria também dizer a esta Câmara, através desta Comissão, que o período compreendido entre 28 de junho de 2017 e cerca de 12, 14 de julho do mesmo ano, pouco mais do que 10 dias, foram, parafraseando o título do célebre livro de John Reed, 10 dias que abalaram não o mundo mas o Exército português.

Isto é, na minha perspetiva, o mais importante que teremos a retirar daquilo que se passou nessa época, em Tancos e em Lisboa — porque o problema começou em Tancos, mas depois propagou-se para Lisboa.

Na minha perspetiva, e é um ponto de vista pessoal, o Exército é uma instituição quase sagrada, porque é a única instituição exclusivamente portuguesa, nacional, que está presente desde a fundação: a hoste real, que é o precursor do Exército português, estava ao lado de Afonso Henriques em Ourique.

É, portanto, uma instituição — para mim! — que se reveste de um certo teor sagrado e que foi atacada, no seu âmago. Foi atacada, foi, digamos, desonrada.

Portanto, quem fez isso, quem praticou aquele roubo — ou furto, como queiram — e os seus cúmplices não têm perdão; na minha perspetiva não têm perdão. Enfim, é o segundo aspeto: por muito que haja aspetos atenuantes, perdão nunca poderá haver para quem roubou e quem fez o Exército passar por aquilo.

Em terceiro lugar, e por último, quero dizer também à Comissão que, apesar do que acabei de dizer, estou seguro de que o Exército, tal como no passado, e porque os seus elementos, aqueles que o compõem, generais, oficiais, sargentos e praças têm a correr no seu sangue o mesmo sangue que corria em Aljubarrota, no Salado e noutros lugares onde o Exército combateu, saberá recompor-se daquilo por que passou já vai fazer quase dois anos. É que os seus homens, repito, são capazes de dar a volta a isto.

São poucos mas conheço-os relativamente bem e eles saberão dar a volta por cima, assim o espero. Não gostaria de um dia desaparecer deste mundo com a sensação de que o Exército não tinha levantado a cabeça de novo, porque, julgo eu, naquele momento, atingiu um limite muito, muito, muito inferior àquilo que seria de esperar.

Era isto que tinha para dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Estou à inteira disposição de VV. Ex.<sup>as</sup> para as perguntas que me queiram fazer. Não quer dizer que saiba responder, ou poderei até saber mas não querer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, que dispõe de até 8 minutos, nesta primeira ronda.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. General e agradeço a sua presença connosco, hoje, bem como os esclarecimentos que nos vem prestar.

De forma breve, queria dizer-lhe, Sr. General, que, em termos de conceito global, partilhamos a sua apreciação, ou seja, o Exército é uma instituição tradicional. Como qualquer instituição — e por muito tradicional que seja —, é, ela própria, constituída por aqueles que a integram e compõem num determinado momento. Precisamente por ser uma instituição é que o Exército ultrapassará e, seguramente, recuperará de todas as vicissitudes com que possa estar confrontado, designadamente essa de Tancos.

Não comento, obviamente, a leitura da obra que escolheu para exemplificar, os *Dez Dias que Abalaram o Mundo* ou os 10 dias que abalaram Tancos, até porque, se fôssemos para a leitura da obra, a partir daí, tínhamos logo uma clivagem entre os dois lados da mesa e não é isso que nos ocupa. Não é esse o objeto da nossa discussão e como, é evidente, não é isso que nos preocupa.

Começava, talvez, por lhe perguntar, de forma breve mas direta, ao longo das suas funções — e o Sr. General foi o comandante do pessoal do Exército durante um período significativo —, independentemente deste momento concreto e das consequências que ele teve, inclusivamente no seu percurso pessoal, enquanto militar, que conhecimento global é que tinha de Tancos, da situação de Tancos, se teve ocasião ou não de visitar, ao longo das funções que desempenhou; se tinha consciência das debilidades que existiam ou não.

É uma primeira pergunta, genérica mas direta.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Muito obrigado pela questão.

Fui, de outubro de 2014 a início de julho de 2017, cerca de dois anos e meio, Ajudante General do Exército (AGE) e comandante de pessoal, portanto.

Nessas funções, nunca visitei os paióis de Tancos, nunca. Conhecia os paióis de Tancos, porque, no decurso de um curso que fiz, um curso de carreira, de promoção a oficial superior, incluiu uma visita aos paióis.

Nesse tempo eles eram relativamente recentes e nunca mais visitei os paióis propriamente ditos, porque as minhas funções nunca me levaram a ter funções do ponto de vista da logística, nunca e, do ponto de vista operacional, isso sim, tive várias, mas ou foram na brigada mecanizada ou foram na brigada de intervenção, que comandeí.

A única Unidade, subunidade da Brigada de Reação Rápida, ali aquartelada na zona de Tancos, que comandeí foi a Unidade que, em primeiro lugar, foi para o Kosovo, em 1999, o agrupamento Bravo, da KFor (Kosovo Force).

Portanto, ao longo da minha vida, só fui aos paióis de Tancos uma vez e numa visita integrada num curso, de promoção a oficial superior. Não se chamava assim naquele tempo, mas era o equivalente.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, isso, como é evidente, não tendo esse conhecimento exclui, à partida, perguntas sobre a situação concreta logística, por assim dizer, dos paióis, mas não a questão do efetivo, porque, tendo a responsabilidade do pessoal a questão do efetivo é uma questão, obviamente, relevante para lhe fazer.

Num documento que nos é remetido pelo próprio CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército), o documento n.º 5 da pasta Alfa, diz-se que o efetivo era desajustado face aos meios complementares de vigilância existentes e ao seu estado de operacionalidade, mas conformes com o plano de segurança para o estado de segurança Alfa: inexistência de uma força permanente, atribuída, treinada e equipada à missão.

A minha pergunta é se concorda ou não com esta leitura. Tem ou não a mesma leitura? Que conhecimento é que teve, ao nível de pessoal, de relatórios provenientes das próprias Unidades, e das Unidades que tinham a missão de segurança dos paióis nacionais de Tancos? Teve conhecimento desses relatórios? Considera esta guarnição suficiente?

Ela tem sido aqui muito discutida e temos opiniões, diria, tendencialmente coincidentes, mas nem sempre rigorosamente coincidentes quanto à suficiência de um sargento, um cabo e seis soldados para uma estrutura com aquela amplitude, dimensão e, obviamente, preocupação e gravidade, dado o material que lá estava.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Quanto a isso, tenho três coisas a dizer.

Primeiro: os efetivos nunca são suficientes se não estiverem de acordo com o quadro orgânico. Isto é, se definimos que um batalhão tem, por exemplo, 500 homens, esses 500 homens permitem a esse batalhão cumprir as missões para as quais foi criado e para as quais ele existe.

Se há a menos, não consegue cumprir, pelo menos não consegue cumprir da mesma forma. Nessa altura, diz-se que tem vulnerabilidades e o comandante assume os riscos decorrentes dessas vulnerabilidades, neste caso de ter menos gente do que aquilo que devia ter.

Esta é uma resposta, digamos, genérica. É assim que entendemos as questões ligadas ao pessoal.

Segundo: não há nenhuma Unidade, com exceção das Forças Nacionais Destacadas — as que vão para fora do território nacional —, que esteja a 100% do seu quadro orgânico. Nenhuma! Mais ainda, há Unidades que estão, francamente, abaixo do seu efetivo com o qual ainda é capaz de manobrar. Manobrar é um termo genérico que se usa no Exército.

Isto quer dizer que há muitas Unidades que estão a 30% do seu efetivo, para não dizer a grande maioria, o que é, manifestamente, pouco. Mas isso decorre da falta de efetivos que o Exército tem.

Na altura em que saí o Exército tinha cerca de 15 700 efetivos, entre oficiais, sargentos, praças, no quadro permanente, RV, RC, etc., todas as qualidades, todas as categorias do ativo. Depois tinha alguns oficiais e sargentos na reserva e na reforma, enfim. Tudo isso era administrado pelo comando de pessoal, era o comando de pessoal que lhes pagava. O orçamento das despesas com pessoal, os tais cerca de 400 milhões de euros de vencimentos, é o Ajudante de General do Exército que o gere.

Mas, digamos, a funcionar, efetivamente, nas Unidades não só do Exército, também dependente do EMGFA (Estado-Maior General das Forças Armadas), tínhamos 15 700 ou 15 600 homens e mulheres, se a

memória não em falha. Ora bem, isto é manifestamente curto, porque devíamos ter 20 000. Portanto, eles têm de esta a faltar em algum lado.

Aí entra um terceiro aspeto da minha resposta: a colocação dos efetivos dos recursos humanos de que o Exército dispõe, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo General Chefe e pelos seus comandos subordinados.

Era, digamos, uma prioridade muito estabelecida, sem qualquer dúvida, do comando operacional. As Unidades do Comando Operacional tinham a prioridade na colocação dos efetivos. Depois, vinham as Unidades da Logística. Das Unidades dependentes do pessoal, só as de formação, nomeadamente a Escola das Armas, a Escola dos Serviços e a Escola de Sargentos, é que tinham uma prioridade maior, na colocação de pessoal. Tudo o resto nem tinha grande prioridade. As Unidades estavam todas abaixo dos seus efetivos.

Se seis homens — os tais sargento, cabo e seis praças — são suficientes? Isto é uma apreciação: são sempre suficientes ou insuficientes, dependendo da ameaça. Se a atacar os seis, forem dois — a menos que sejam grandes como alguns Deputados que aqui vejo —, aquilo tem uma grande probabilidade de chegar, de ser suficiente, mas, se for um batalhão a atacar seis homens, não.

Depende sempre da ameaça, e o que é certo é que a ameaça, em Portugal, graças a Deus, foi sempre de molde a manter um sistema de segurança, um estado de segurança Alfa, que tem medidas de segurança muito ténues, porque não se espera nenhum ataque, nenhum roubo, nenhum atentado. E é nessa circunstância que os tais oito homens chegariam.

Não se esperava nenhuma tentativa de intrusão ou de roubo.

Não sei se respondi à pergunta, Sr. Deputado?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, sim, respondeu. Mas o que retiro da sua resposta é que, segundo o que nos está a dizer, primeiro, não era prioridade; segundo, não teria de ser prioridade.

É mais ou menos isso que nos está a dizer. Não era prioridade, porque era Alfa e porque não existia uma ameaça, apesar de...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, deixe-me só terminar o meu raciocínio.

Não era prioridade, porque não existia uma ameaça, apesar de terem existido ameaças e até furtos noutros pontos, designadamente noutros pontos da Europa.

Em segundo lugar, diz-nos que teoricamente seria suficiente, porque nunca... Mas, de alguns relatos que temos — e há uma investigação em curso, pelo que não me posso pronunciar sobre ela —, não foi propriamente um ataque, nem com grandes nem com pequenos. Quer dizer, terá havido carrinhos de mão, enfim, uma grande facilidade em tudo isto.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — O que é que houve e como é que foi, não sei.

Mas os paióis de Tancos não eram uma Unidade, eram um órgão que tinha forças próprias. Portanto, quando eu falo nas prioridades na colocação de efetivos é nas Unidades e estou a referir-me àquelas cinco Unidades, que são todas da componente operacional com exceção da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, a UAGME, de Alcochete.

O RI 15 (Regimento de Infantaria n.º 15) é da componente operacional, a Unidade de Apoio da BrigRR é da componente operacional,

a própria Brigada é. O RE 1 (Regimento de Engenharia n.º 1) é da componente operacional e o Regimento de Paraquedistas também.

Portanto, desse ponto de vista, as prioridades eram a máxima, de acordo com aquilo que o Comandante das Forças Terrestres, depois, decidia, ou seja, se era primeiro para a Brigada de Intervenção, se era para a Brigada de Reação Rápida ou para a Brigada Mecanizada.

Normalmente, as prioridades de colocação de pessoal são sempre, num determinado ano, para a Unidade que vai aprontar e enviar para fora subunidades no ano seguinte, na rotação seguinte – é essa que tem a primeira prioridade.

Portanto, não era a guarnição para guardar os paióis de Tancos que tinha qualquer prioridade; era o RE 1... Eram as Unidades, que prestavam essa guarda, essas é que tinham uma determinada prioridade, e tinham todas elementos muito abaixo do que o que deviam ter.

Por exemplo, um Regimento — só para o Sr. Deputado ter uma ideia —, quando tem uma componente operacional de um batalhão ou, no caso, uma Unidade de Artilharia ou de Cavalaria, uma Unidade deste género, para estar completa, devia ter à volta de 600 homens. Quando me vim embora havia Regimentos que tinham 140/150... Portanto, já vê... Mas, hoje, têm 90. Ainda estão pior, estão mal. É isto!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, isso leva-me a um, quase, jogo do empurra, passo a expressão, em termos de responsabilidades nesta matéria e que também não tem sido alheio a esta Comissão. Ou seja, há responsabilidades da componente militar, há responsabilidades políticas... Quem, como e quando é que têm as responsabilidades... Mas, como é que eu lhe posso perguntar isto? Eu acho que houve no pós-Tancos alguma ideia de desvalorização desta matéria, contraditória até com aquilo que o Sr. General aqui nos disse.

O Sr. General valorizou-o e comparou-o com um dos maiores da história e com um dos maiores acontecimentos e notou-se até na sua intervenção a forma como, como militar, sentiu este acontecimento.

No entanto, ouvimos declarações por parte de responsáveis políticos, pós-Tancos, de que, no limite, poderia não ter havido furto nenhum. Ouvimos que não seria uma maior quebra de segurança ou que não seria uma grande quebra de segurança, da parte do responsável político, enfim...

O que lhe pergunto é se sentiu — e a pergunta é direta —, já neste pós-Tancos, que houve, ou não houve, algum tipo de interferência política na esfera militar, designadamente ao nível das esferas de comando, considerando até que o Sr. General era também membro do Conselho Superior.

Portanto, pergunto-lhe se sentiu ou não algum tipo de interferência política. Sabemos que houve outros casos, e o General Jerónimo foi aqui muito claro referindo o caso do Colégio Militar, mas pergunto se, neste caso concreto, sentiu ou não interferência política de algum tipo.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sr. Deputado, comigo não, mas também não tinha de ter, julgo eu.

Com o General Chefe, General Rovisco Duarte, não faço a mínima ideia, mas não faço mesmo! Tenho algumas suspeitas, mas nós não podemos... Tenho algumas suspeitas, não propriamente, isto não é nenhuma palavra feia... Mas não tenho provas, não sei e, portanto, não posso dizer que houve... Suspeito que tenha havido, porque, enfim, eu conheço o General Rovisco Duarte há 42 anos e não estou a vê-lo a tomar determinadas iniciativas que tomou...

Mas esta é uma leitura que eu fiz já como General na reserva e é mais fácil, uma pessoa quando está de fora, pensar e dizer determinadas coisas.

Enquanto estive no ativo nunca presenciei nada, mas, como é óbvio, não posso dizer que não houve, mas também não posso dizer que houve. É só isto! Mas julgo que esta Comissão de Inquérito vai ter ocasião de saber, mas não é por mim, porque eu não assisti a nada.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Certo. Se percebi bem, de si o que ficámos a saber é que, do conhecimento que tem do General Chefe na altura, Rovisco Duarte, quando diz «não o estou a ver a tomar certas iniciativas» é porque presume que essas iniciativas possam ter sido influenciadas por terceiros. No entanto, não teve conhecimento direto, pelo que não pode ir para além da presunção. É isto? Não é?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Nem mais!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Outra questão, também muito direta: a lista de material furtado, que foi outra matéria que levantou as maiores dúvidas, aparece publicada num órgão de comunicação espanhol, *El Espagnol*. É lá que aparece a lista.

Pergunto-lhe: isto pareceu-lhe estranho ou não na altura? Tem conhecimento se este assunto foi ou não abordado no Conselho Superior do Exército, se este facto em concreto foi ou não tratado, de alguma forma? E existe ou não algum tipo de averiguações deste facto?

Quer dizer, não sei se houve ou não e não sei, sequer, que explicação é que tem este facto, mas o certo é que aparece um órgão de informação espanhol com uma lista que não era conhecida nem certa nem certificada em Portugal.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Eu também estranhei. E vou dizer-lhe uma coisa: foi das coisas mais chocantes para

mim... Lá está, eu fazia parte do Conselho Superior do Exército e, já agora, visto que o meu camarada António Menezes também se serviu de uma fita do tempo, eu não preciso de ler, porque tenho-a toda na cabeça.

Nós fomos informados na quinta-feira, de forma oficial, digamos assim. Na véspera já tinha havido um telefonema, mas, como os Srs. Deputados sabem, o Comando de Pessoal é no Porto, e, portanto, eu fui informado por telemóvel, pelo General CFT na altura, mas, de uma forma muito genérica, não me recordo das palavras, mas ele terá dito que aconteceu uma coisa grave, mas amanhã dou-te os pormenores... E eu perguntei na altura: «Mas grave como? Com mortos?» Resposta: «Não!»

Porque podia ser um incidente de instrução ou outra coisa qualquer... «Não, não morreu ninguém! Não foi uma coisa desse género, amanhã falamos!» Pronto. E não ficámos a falar ao telemóvel e tal... – isto no dia 28, quarta-feira.

No dia 29, quinta-feira, há o Dia dos Comandos, eu vim do Porto, levantei-me bastante cedo e vim por uma das três autoestradas que vão do norte para sul e do sul para norte. Cheguei ao Regimento de Comandos cedo e foi-me dito que, no fim da cerimónia do Dia do Regimento de Comandos, haveria uma reunião, um Conselho Superior do Exército, informal — era informal só porque não estávamos fardados com o uniforme n.º 1, julgo que isto já aqui foi explicado. Não existe uma ata e não existe uma agenda e um secretário. Portanto, era uma reunião dos quatro tenentes-gerais do Exército mais o Chefe.

Portanto houve esta reunião informal do Conselho Superior do Exército a seguir ao Dia dos Comandos onde então, sim, eu e os outros generais que ali estavam, o Vice-Chefe, o Comando da Logística, o Comando de... Fomos informados de que tinha desaparecido, fomos informados do que tinha acontecido, mas a listagem do material não estava feita.

O General Rovisco Duarte leu um apontamento num caderno...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Colocaram-se até dúvidas de inventário — desculpe interromper. Houve até uma dúvida, na altura, de sobre se não seria uma questão de inventário...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Exatamente!

Isso foi uma coisa... Mas relativamente a isto, o que aconteceu foi: fomos informados, de uma forma genérica, que tinham desaparecido os LAW (tubo lança-granadas), os explosivos... Fomos informados, mais ou menos, do que tinha desaparecido e isto foi numa quinta-feira.

Eu já não fui para o Porto nesse dia, combinámos uma série de coisas nesse Conselho Superior do Exército, nomeadamente como atacar esta crise, atacar no sentido de enfrentar. Portanto quando acabou a reunião eu até fiz um despacho com o General Rovisco Duarte, foi a última vez, e fartei-me de assinar papéis do Comando de Pessoal.

Fui para casa cansadíssimo, tristíssimo e ofendidíssimo com o que tinham feito ao Exército, mas com uma certeza: a de que nós sabíamos o que íamos fazer e íamos enfrentar, olhos nos olhos, o que se tinha passado, assumindo as nossas responsabilidades, como é evidente, sem qualquer dúvida.

Na sexta-feira estive a trabalhar no Palácio de Belém, todo o dia, porque eu acumulei, durante ano e meio, as funções de secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional, em Lisboa, mantendo o cargo no Porto. Isto porque ia haver dentro de três ou quatro semanas um Conselho Superior. Mas não se passou nada a não ser as tais declarações no fim do dia do Dr. Passos Coelho, pouco mais, e o comunicado do Exército a dizer o que tinha acontecido.

No sábado, passou-se aquilo que já foi aqui referido pelo General Menezes e que, enfim, me deixou completamente perplexo.

Foi, então, que o Exército, que estava unido, porque estava, se desuniu e se partiu o Exército ao meio, ou melhor não direi ao meio, mas... O Conselho Superior do Exército, sim, mas o Exército, enfim, nunca mais foi o mesmo! O Exército português nunca mais foi o mesmo desde aquele sábado fatídico, dia 1 de julho de 2017, onde aconteceu uma coisa que deixou o Comandante do Pessoal completamente perplexo para não dizer outras coisas piores, e que me levou a sair.

Nesse fim de semana, soube que, se bem me recordo, e isto foi no domingo, a única coisa que se passou foi que fiquei a saber que um jornal espanhol tinha publicado a lista daquilo que ainda não se sabia bem o que era três dias antes.

Não sei se respondi à sua pergunta, mas fiquei absolutamente... Até por ser um jornal espanhol... Não sei porquê...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Deve ter a ver com a tal história do Exército de que falou no início...

Portanto, sobre o processo de averiguações não nos pode dizer nada sobre a forma como o Conselho Superior abordou a questão?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Vou, então, continuar a fita do tempo para perceber que o Comandante do Pessoal, a partir de determinada altura, cessou de responder e de ter respostas. Porquê? Vou dizer-lhe: no sábado, o General Rovisco Duarte fez uma intervenção na *SIC Notícias* à hora de almoço. Eu estava num centro comercial, com muito barulho e não ouvi o que é que ele estava a dizer, mas tive ocasião de perguntar ao General Menezes e foi-me dito: «Eh pá, está impecável. Foi o que nós combinámos há dois dias».

Portanto, fui descansado para casa, onde tive ocasião de ver essa intervenção na *SIC* que me pareceu bem, muito bem mesmo. Depois, durante a tarde não sei o que se passou... Confesso que não sei!

Sei que o General Menezes falou uma data de tempo e o General Rovisco Duarte informou o seu Comandante Pessoal, o seu Ajudante-General do Exército, que tinha tomado a decisão de demitir...

Não foi para me ouvir. Declarou que tinha decidido demitir cinco oficiais sem nada, sem razão nenhuma, meia hora antes de entrar no ar na RTP. E porque o General Menezes lhe disse: «Já agora, disseste alguma coisa ao teu Comandante de Pessoal?» «Não já lhe telefono!», telefonou-me, de facto, para me dar conta daquela decisão.

O Comando de Pessoal é que fez o processo de nomeação daqueles cinco oficiais. Eles são escolhidos, há uma reunião onde escolhemos quem vai comandar o quê e, depois, o processo, o último parecer antes da assinatura do General Chefe, é do General AGE (Ajudante-General do Exército), que não foi tido nem achado naquelas demissões e que, como é evidente, não concordou.

Na segunda-feira íamos ter uma reunião de Comando do Exército, antecedida de uma reunião do Conselho Superior do Exército, mais uma vez, informal, onde eu tive ocasião de, logo nessa segunda-feira, dia 3 de julho, por volta das duas da tarde, dizer ao General Rovisco Duarte que não estava à espera que ele tivesse feito o que fez, porque eu no sábado disse: «Oh pá, não faças isso! Isso não faz nenhum sentido e sabes o que é que isso representa.» Ele sabia. Ele sabia que isso representava a minha saída...

Na segunda-feira eu disse-lhe: «Eu quero que me exoneres», e ele disse: «Exonerar não, mas se queres ir embora passa à reserva.» E eu pus logo o papel para passar a reserva. Logo no dia 3! Porque também tive ocasião de dizer que não ficava nem mais um minuto sob o comando do General Rovisco Duarte!

Ele poderá confirmar isto, se não quiser faltar à verdade. Eu não queria estar lá mais um minuto, não posso estar debaixo do comando de um oficial que faz isto a cinco camaradas nossos.

A partir daí, durante a semana, foi só o processo de me ir despedindo do Exército, que consubstanciou na quarta-feira da semana seguinte, no dia 12.

Portanto, a partir desse momento, já não fui tido nem achado a não ser no Conselho Superior do dia 7 de julho, na sexta-feira, onde, de facto, aí, sim, foi um Conselho formal, há uma ata e eu manifestei a minha intransigência, dizendo que mantinha a minha posição da segunda-feira anterior e que, portanto, me ia embora do Exército, contrariado, dois anos e meio antes de, por estatuto, ter de sair, ainda na flor da idade, julgo eu. Fui-me embora e cá estou.

Portanto, recapitulando e para responder à sua pergunta, Sr. Deputado, não tive nenhum conhecimento da lista, se não depois de saber que tinha aparecido no dito jornal espanhol.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não soube nada sobre averiguações, não é?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Soube depois quando já não estava na estrutura do Exército, já estava fora, já tinha saído, já tinha passado à reserva e portanto soube o que veio nos jornais a partir daí.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O Sr. General avançou, e bem, deduzo por isso que partilha o entendimento do Sr. General Menezes quando diz que o General Chefe ao tomar a posição que tomou de demitir os cinco

comandantes perdeu, de alguma forma, o Exército ou a mão em relação ao Exército.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Completamente, completamente. E muita gente questionou. Não sei, o General Menezes, enfim... Somos muito amigos, também nos conhecemos há 42 anos, somos todos do mesmo curso, Curso General Gomes Freire de Andrade, com entrada em 1976, embora seja cada um de sua Arma, Artilharia, Cavalaria, que é o meu caso, e Infantaria.

O que é certo é que sou amigo do General Menezes, mas não sei, com ele não sei, comigo houve muita gente que me questionou: «Porque é que saíste, se não tinha nada a ver contigo?» Eu não era do CFT, não era da Logística, nenhuma das Unidades dependia de mim e podia ter feito aquilo que o General McArthur fez nas Filipinas na II Guerra Mundial, ou seja, podia ter posto uma atitude de impassibilidade dramática e esperar que tudo passasse.

Mas não consigo ser assim, porque sei também não sou nenhum McArthur, mas não consigo pôr essa máscara de impassibilidade dramática e fingir que não foi nada comigo. Porque foi.

Já lhe disse: os processos foram organizados pelo Comando do Pessoal, portanto quer queiramos, quer não também tive alguma coisa a ver com a escolha daqueles indivíduos. Mas saí porque aquilo foi o contrário do que é a liderança, foi procurar cinco coronéis... Ainda por cima o comunicado não foi dos mais felizes porque dizia que não era que tivessem... mas era para prevenir e para que as averiguações fossem transparentes e fiáveis. Ou seja, passou um atestado de putativa desonestidade a cinco coronéis — inadmissível, portanto.

Foi a forma como o fez, foi o conteúdo, foi o *timing*. Quer dizer, aquilo não pode ser num fim de semana, quando falou dois dias antes com os

gerais que eram os seus melhores amigos e dois dias depois iam voltar a estar juntos. Isso também não percebi.

Portanto, pôs-se-me, a mim, o primado da consciência e não conseguia mais ver-me ao espelho, sequer, se tivesse continuado no Exército. Foi só isto.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. General, foi o tal vínculo sagrado de confiança entre comandante e soldados que aqui já foi referido e que teria sido quebrado com essa decisão.

No pouco tempo de que disponho, suponho que isso há de ter tido, na discussão, no bom sentido, no debate, que tiveram, inclusivamente no Conselho Superior do Exército, explicações e justificações da parte do CEME. Pergunto-lhe que justificações deu o CEME, por um lado, e por outro, sendo o Sr. General tão frontalmente, com certeza, aqui, como na altura, contra essa opção, se procurou ou não dissuadir, se procurou influenciar, se sabe o que foi feito para o tentar dissuadir dessa posição. Pode dizer-nos alguma coisa sobre isso?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Portanto, sobre a dissuasão, durante a tarde de sábado, depois de ele ter decidido o que decidiu, quem teve mais contacto com o General Rovisco Duarte foi o General Menezes, porque quatro dos coronéis pertenciam à cadeia de comando do General Menezes e o quinto... Julgo que ele também falou com o General Serafino.

Comigo, a única vez que pegou no telemóvel foi às 19 horas e 30 minutos, meia hora antes de entrar no ar na RTP, para me dizer que tinha decidido aquilo. Portanto, não tive hipóteses de o dissuadir.

A única coisa que disse foi, e disse-lhe mesmo: «Sabes o que é que isso quer dizer?!» E ele ficou a saber que me ia embora, porque não conseguia admitir uma situação destas.

Já agora, se me permitem, não sei se tenho o tempo que entender... É a primeira vez que tenho o tempo que entender!

**O Sr. Telmo Correia (CDS-PP):** — Nós é que não!

**O Sr. Ten. Gen. José Carlos Filipe Antunes Calçada:** — Ora bem, as atitudes e as decisões tomam quem tem de tomar, os juízos fazem os próprios, fazem as outras pessoas, enfim...

Eu, por uma questão de coerência, não podia admitir uma situação daquelas. É preciso recuarmos um ano em relação ao que se passou em 2017, quando se deu a saída do General Jerónimo de Chefe pela tentativa de intromissão, digamos assim, na área do Chefe relativamente ao caso do Colégio Militar.

Na altura, quando fui chamado, também fui às entrevistas com o Sr. Ministro, contra o qual não tenho nada — que fique bem claro que não tenho nada contra, mas também não tenho muita coisa a favor ...

*Risos do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.*

**O Sr. Ten. Gen. José Carlos Filipe Antunes Calçada:** — Mas não tenho nada contra. Fui lá entrevistado e tive ocasião de dizer ao Sr. Ministro, na altura, que tinha concordado com a atitude do General Jerónimo.

Antes de começar a entrevista, pedi para fazer uma declaração, como hoje, e disse que concordei em absoluto com o que o General Jerónimo fez e que se o Sr. Ministro me escolhesse, numa situação semelhante, faria o

mesmo e que, se não fosse o escolhido, numa situação semelhante, se quem fosse escolhido não fizesse o mesmo que eu não seria cúmplice.

Portanto, um ano e tal depois não ia ser cúmplice no afastamento de cinco oficiais. Em vez de um foram cinco!

Não sei se foi a pedido ou não. Confesso que não sei. Repito: não tenho dados, nem provas de que foi por pressão de quem quer que seja. Tenho as minhas suspeitas, mas não posso dizer que foi por pressão de quem quer que seja. Isto que fique bem claro. Não posso fazer uma acusação sem provas.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, nos poucos segundos que me restam, deixo uma última questão para o Sr. General, que, em bom rigor, são duas, a primeira é se isso é normal. Ou seja, numa entrevista desse tipo é normal ou razoável esse tipo de discussões? Isto porque não deveria ser esse, de facto, o interesse e o objeto de uma audição desse tipo.

A última questão mesmo, porque esgotei o meu tempo — o Sr. General não tem limitações —, é sobre *O Beijo da Quissonde*, por estranho que isso possa parecer. Pode dizer alguma coisa sobre isso? É uma obra de Tinoco Faria, que o Sr. General apresentou e que foi muito mediatizada, porque, na apresentação, o Sr. General teria usado uma frase referindo-se que, em certos casos, hoje em dia, encontrávamos um sabujo para cima e um cão para baixo. A frase é sua, pergunto-lhe se quer dizer alguma coisa sobre essa expressão, se quer tipificá-la, integrá-la, contextualizá-la, explicar alguma coisa ou não.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Muito bem. Já não me lembro qual foi a primeira pergunta...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Era sobre a normalidade do debate...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Ah, da entrevista.

Atenção: a entrevista não foi... Aliás, a sucessão do General Jerónimo não foi uma sucessão normal, digamos. Não foi o fim de um mandato e agora vamos começar outro... Portanto, eram entrevistas, de alguma forma, e percebo, não propriamente tipificadas. Nunca tinha estado em nenhuma, aquela foi a primeira.

Mas a ideia era esta: o Sr. Ministro escolhia quem entendesse, mas se me escolhesse a mim, o que quis deixar bem claro... Mas tive ocasião de dizer o que pensava para o Exército e tivemos até uma discussão, uma conversa bastante franca e interessante.

Tive ocasião de dizer e o Sr. Ministro também disse qual era a ideia dele. Mas porquê? Porque tinha uma sucessão, uma saída estranha, digamos...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Fora do comum!

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não foi estranha, quer dizer, bateu com a porta...

Portanto, de uma forma clara, porque não consigo ser de outra maneira, disse: «Sr. Ministro, se quiser contar comigo, já sabe com que é que conta e é com uma pessoa assim!» E foi isto, mais ou menos. E só nesse sentido, mais nada.

Quanto ao livro, a expressão não é minha, a expressão é do livro. Convido os Srs. Deputados a lerem o livro.

O Tenente-Coronel Tinoco Faria foi meu oficial de informações no Kosovo, portanto o chamado S2 do Agrupamento Bravo, primeira Unidade que foi para o Kosovo. Chegámos e tivemos de nos instalar.

Se bem recordam os Srs. Deputados, tinha havido bombardeamento do Kosovo, da Sérvia pelas forças da NATO. No tempo, o Secretário-Geral era o Sr. Javier Solana e era o General Wesley Clark o Comandante Operacional da NATO. Houve um bombardeamento e aquilo estava muito... Tivemos que, digamos, fazer um trabalho, para cumprir a Resolução n.º 1244 — que, depois, não serviu para nada, mas pronto — de sapa! Além de instalar a Unidade tivemos de conhecer a área de operações e quando digo «área de operações» incluo as fações que por ali andavam do UÇK (*Ushtria Çlirimtare e Kosovës*) e por aí fora...

O oficial de informações foi perfeitamente fundamental e fez um trabalho notável que fez com que o Sr. Tenente-Coronel Tinoco Faria tivesse merecido ser condecorado com a medalha de Serviços Distintos com palma, portanto, por ação em campanha.

Fiquei e sou amigo do Tenente-Coronel Tinoco Faria que me pediu para apresentar o livro *O Beijo da Quissonde* que é uma espécie de autobiografia que vem buscar episódios da infância de quando o pai morreu na Guiné em fevereiro — e isto acontece em julho —, repito, em fevereiro.

Vi a primeira prova e tomei as minhas notas e aquilo estava... Ele refere-se, e isso não interessa agora, e chama assim um comandante que teve noutra sítio. O que é que acontece? Acontece que aquilo que estava... Se virem o filme da apresentação veem que estou a ler umas cartolinas.

Ora, naquele dia 7, cheguei ao Palácio da Independência para apresentar o livro às 20 horas e saí da Escola Militar de Eletromecânica, onde aconteceu o tal Conselho Superior do Exército, depois do dia do Comando da Logística à tarde, às 18 horas. Portanto, no caminho de Paço de Arcos para o Palácio da Independência não estavam à espera que fosse ler o livro e

tomasse aquelas notas! Na apresentação, estou a lê-las! Aquilo já estava escrito.

Foi interpretado como estando a referir-se ao General Rovisco Duarte, mas não é verdade! Não é! Agora, depois destes anos todos... Na altura, já... Não tenho interesse em dizer uma coisa que não era ou que foi! Quer dizer, não foi!

Até porque achava, e continuo a achar, que o General Rovisco Duarte não é desse género. É um bocadinho... Se calhar, não consegue dizer que não, mas não é desse género. Não é.

Portanto, estava a referir-me ao livro, porque nem eu, nem ele, nem ninguém gosta de chefes assim, julgo eu, Sr. Deputado. Ninguém gosta de alguém que é chefe só nominal e que é uma besta para baixo, para quem pode, e com deve é fraquinho e é manso. Ninguém gosta de um chefe desses.

O Tenente-Coronel Tinoco Faria também não gostou e escreveu-o no livro, mas muito antes de tudo o que se passou com Tancos e mais não sei o quê. Está bem?

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o Grupo Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, nos mesmos termos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Tenente-General Calçada, agradeço, desde já, os esclarecimentos que prestou. Irei tê-los em consideração nas perguntas que farei.

O Sr. Tenente-General já deu algumas razões ou justificações quanto à sua passagem à reserva. No entanto, gostaria de lhe perguntar, a determinada altura do seu depoimento, disse que na reunião de sexta-feira, de Conselho de Chefes, sabiam ou decidiram como iam atacar o problema. Atacar no sentido de...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Na quinta-feira, no Dia dos Comandos, depois da cerimónia!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Altero: quinta-feira, depois da cerimónia, decidiram como iam atacar o problema da crise que estava instalada, relativamente à situação de Tancos e ao furto de armas.

A pergunta que lhe quero fazer é: o que é que ficou decidido no Conselho de Chefes relativamente a esta matéria?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Repito o que disse há pouco: foi um Conselho Superior do Exército informal, porque, enfim, não estávamos preparados, aliás, estávamos de camuflado, porque a cerimónia foi de camuflado, e há um certo formalismo quanto é um Conselho Superior do Exército formal.

Mas nessa reunião, Conselho Superior do Exército informal, foram decididos, primeiro, os termos do comunicado que saiu para a imprensa, nesse dia. Os termos genéricos foram acordados ali, assim como o que se ia passar a seguir do ponto de vista disciplinar, averiguações. Ou seja, ia levantar-se um processo de averiguações no Regimento para detetar.

Decidiu-se também que a Inspeção-Geral do Exército ia ser chamada a intervir para investigar o que se tinha lá passado. Tinha também outro aspeto que foi o da reparação imediata das vedações e, por último, a desselagem dos carregadores dos elementos que faziam a segurança.

Lembro-me perfeitamente destes cinco aspetos. É capaz de ter havido outras coisas, mas confesso que já não me recordo. Estes foram os cinco mais importantes.

O resto foi dizermos...uma das coisas que combinámos e isso não é propriamente uma medida, mas tudo aquilo que tivéssemos que dizer ou que

fosse considerado para dizer para ao exterior seria sempre falado entre nós antes de isso acontecer.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Isso não veio a acontecer?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, na gestão deste processo há uma parte operacional — já lá irei —, e anunciou um conjunto de medidas que foram tomadas, mas também há uma gestão de política militar, em relação ao que se diz para fora e em relação à postura.

Foi decidida a abertura de processos disciplinares, de averiguações e, depois, com a eventual passagem a disciplinar, em função do que foi apurado, queria perguntar-lhe se, nessa reflexão, era concebível, por parte do Conselho de Chefes, a responsabilidade por um incidente destes ficar apenas pela responsabilidade disciplinar, isto é, do sargento ou do cabo que tenha cometido algum erro.

Haveria ou não espaço ou necessidade de haver um apuramento de responsabilidades que desse resposta ao que é, naturalmente, uma satisfação pública que tem de ser dada, quando algo assim acontece?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sim, sem dúvida. Agora, o que foi determinado foi que o processo de averiguações pudesse ou não passar a processo disciplinar, como acabou por passar e, depois, entendeu-se punir quem se entendeu. Mas isso já foi quando eu tinha saído, até há bastante tempo, do Exército. A parte criminal foi logo entregue à Polícia Judiciária Militar e, depois, desse ponto de vista, o Ministério Público tomou as decisões que entendeu, isto é, de retirar o processo da PJM para a PJ.

Do ponto de vista da responsabilidade como hierarquia do Exército é claro que nós não precisamos de explicar, muito menos aqui, qual é a diferença entre «culpa» e «responsabilidade», porque a culpa, já se sabe, deve ter sido de alguém que roubou e que deixou roubar e que foi cúmplice. Mas a responsabilidade não se pode delegar, é nossa.

Portanto, cada um dos generais ali sentados deveria ter assumido as suas responsabilidades e julgo que todos assumiram, embora de maneira diferente. Posso concordar com a responsabilidade que tomei, como é evidente, mas com outros tipos de responsabilidades que não foram assumidas, tal como imaginei que deveriam ter sido, isso depende das outras pessoas que não estão aqui e que não estão a explicar.

Aliás, o General Menezes julgo que explicou isto, assumiu completamente as responsabilidades, porque a segurança era com o CFT. Repito: comigo não era, eu não tinha nada a ver com a segurança, a não ser genericamente porque era um Tenente-General, na altura, de 3 estrelas, no ativo e era o Ajudante General do Exército. Funcionalmente, era o n.º 3 da estrutura, embora não fosse o terceiro mais antigo.

Portanto, não vamos aqui dizer que vamos... Não, eu também não podia «assobiar para o lado», se me permitem a expressão. A responsabilidade é toda nossa! Não devia ter acontecido, mas aconteceu!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Permita-me interrompê-lo: o Sr. General coloca a questão dessa forma e parece que há a assunção da responsabilidade. Concordamos plenamente com a avaliação que faz entre culpa e responsabilidade, como é óbvio. As responsabilidades deveriam ter sido assumidas, mas quem acompanha estas audições percebe que alguns tenentes-generais, alguns dos mais graduados dentro da estrutura do Exército, apenas assumem a postura de demissão após a gestão do processo relativamente aos comandantes que foram exonerados ou demitidos

temporariamente e que, depois, voltaram às suas funções. Parece ser esse o motivo da demissão e não outro, ou seja, a assunção de responsabilidades.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Nesse caso, agora vou falar por mim, é evidente que isso foi o que determinou a minha saída. Foi exatamente a demissão dos coronéis, porque, desse ponto de vista, há dois dias, foi a única coisa que feriu diretamente a minha pessoa. Quer dizer, o Ajudante General do Exército não foi tido nem achado na demissão de cinco oficiais que, por acaso, tinham sido nomeados por um processo que ele, AGE, tinha organizado.

Vamos ver, isso não quer dizer — julgo que estou a perceber onde quer chegar — que, mais tarde, não se chegasse à conclusão que tinha havido responsabilidades graves do AEG pois, por exemplo, podia ter lá posto um batalhão a tomar conta daquilo e não pôs. Também assumiria as minhas responsabilidades, desse ponto de vista, não haveria dúvidas nenhuma, mas estou a falar por mim. Quer dizer, naquele momento foi aquilo, mas não quer dizer que, um mês depois, depois de todas as averiguações, tivessem chegado à conclusão de que o AEG...

Imagine que o Comando do Pessoal podia ter lá posto, ali, no Regimento de Engenharia n.º 1, 40 pessoas só para tomar conta dos paióis e eu não tinha posto, porque não me tinha apetecido, porque tinha fugido à prioridade marcada pelo chefe ou porque me tinha atrasado a mandar para lá os homens, enfim, qualquer coisa deste género. Então, assumiria as minhas responsabilidades e também estaria à mesma em casa a tomar conta da minha neta, sem dúvida nenhuma.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Certo, Sr. General, percebo o que diz e não estou a fazer nenhuma insinuação em relação à sua pessoa. Estou mesmo a pensar na forma como o Conselho de Chefes reuniu na quinta-feira,

como decidiram atacar do ponto de vista político-militar e, no sentido da gestão das responsabilidades, como iam gerir o processo do ponto de vista mediático.

A verdade é que a decisão não foi pela assunção de responsabilidades de nenhum dos tenentes-generais que compõe o Conselho de Chefes. Confirma isso?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sim, mas não é Conselho de Chefes, é Conselho Superior do Exército.

Sim, de alguma forma, confirmo, mas, quer dizer, como digo, durante aqueles dias tristes, porque o foram, enquanto ainda estive no ativo e fui protagonista ou testemunha do que estava a passar-se no Exército, ainda não se tinha chegado a essa parte.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Está a dizer que, no fundo, precisava de mais tempo para chegarmos a essa fase?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Exatamente! Entretanto acontece aquilo, não estava absolutamente previsto nem tinha sido combinado nada. Portanto, precipitou, do meu ponto de vista, porque não conseguia estar mais um minuto sequer no ativo. Não conseguia, era superior às minhas forças.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, na sua opinião como é que nós deveríamos ter gerido, do ponto de vista da responsabilidade? Não digo nesta fase, pois admito que houve uma precipitação e cá estaremos para perguntar a quem direito o porquê de uma mudança de estratégia.

Naturalmente, percebeu-se que foi montada uma estratégia na quinta-feira e que houve alteração da estratégia no fim de semana, no sábado, com

a emissão das declarações do CEME e cá estaremos para perguntar a razão pela qual houve essa alteração, pois obviamente, a estrutura não foi ouvida ou, se o foi, foi-o de uma forma mais ligeira.

A questão é saber, na sua opinião, como é que deveria ter sido gerido essa componente da responsabilidade na estrutura do Exército. Ou entende que o Exército podia ficar com a assunção de responsabilidades apenas disciplinares para com aqueles homens que foram alvos de processos?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não. A vida é mesmo assim e quando ocupamos determinados cargos não é só para andar a passear de *Mercedes* e ter um telemóvel de serviço e essas coisas. Não, é para assumir as responsabilidades. Tudo aquilo que acontece ou deixa de acontecer na Unidade de um comandante é da sua responsabilidade. Por consequência, numa coisa deste género, que comecei por dizer que foi gravíssima e que desonrou o Exército, se tivessem chegado à conclusão de que aconteceu por incúria ou por desleixo dos chefes, dos militares de mais alta patente do Exército, é claro que era tudo para ser corrido ou, então, demitiam-se, que era o que devia acontecer. Esta é a minha opinião. Está a ver? É isto, Sr. Deputado?

Quando acontece uma coisa deste género, nós não tivemos culpa, mas somos responsáveis e, portanto, não podemos... Como é que conseguimos manter a face e continuar a desempenhar a mesma função com uma coisa destas, se for provado que fomos responsáveis de alguma forma? Não dá!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, ainda neste primeiro bloco de questões que tinha relativamente à gestão de processos, a determinada altura, disse que, na reunião de quinta-feira, foi tomado um conjunto de decisões. Entre estas, disse que estava a reparação imediata das vedações. Confirma isso? Trata-se da reparação de todas as vedações?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Daquela parte que não estava em condições e que foi referida. Havia uma zona da vedação na qual estava até prevista uma intervenção e, portanto, o que foi decidido foi acelerar essa intervenção, digamos, das obras do Exército numa parte da vedação que não estava em condições, mas não foi de toda.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, como é que se consegue justificar que, havendo alertas desde 1998 relativamente às condições das instalações militares do Paiol Nacional de Tancos, até 2017 não tenham sido tomadas medidas para a resolução dos problemas e que, na reunião imediatamente a seguir ao furto, se tomam decisões desta natureza, de um dia para o outro?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sr. Deputado, é assim: houve um roubo e tem de se atacar um problema, porque houve esse roubo.

Por que razão não foi feito nada antes? Julgo que o Comandante da Logística da altura já aqui o explicou. De facto, não se deve ter feito nada — estou a falar do que suponho que tenha sido o que se passou — porque havia outras prioridades. Há sempre outras prioridades!

Lamentavelmente, aconteceu ali. Imagine que se tinham reparado os paióis de Tancos e que tinha sido roubada a arrecadação de material de guerra do Regimento de Infantaria n.º 13, só para falar outra vez de Vila Real, que estava sempre a vir à baila aqui. Tínhamo-nos enganado na prioridade, tínhamos reparado uma coisa e, afinal, o roubo foi na outra. Ora bem, é sempre assim.

Porque é que não foi feito em todo lado? Essa é uma boa questão, Sr. Deputado! É assim, por exemplo, eu sou ex-aluno do Liceu Camões, aqui

em Lisboa. Gosto muito do liceu e gosto de ter sido aluno do Liceu Camões e de ter tido mestres como Vergílio Ferreira e outros. O liceu está a precisar de obras e parece que, finalmente, vão arranjar o Liceu Camões. Vão gastar perto de 20 milhões de euros — foi o que li nos jornais.

Bem, já foi aqui dito pelo Comandante da Logística que o Exército tem 5 milhões de euros para fazer obras por ano, para todo o Exército, nos tais 400 e tal prédios militares. Não dá! Não é? Não dá para fazer obras em todo o lado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Aí teremos, também, de discutir quem é que assume as prioridades das opções, do ponto de vista dos gastos em defesa nacional, e a que natureza de missões damos prioridade. Mas essa é outra discussão que não queria aqui trazer.

Queria entrar num segundo bloco de perguntas que diz respeito às questões de pessoal. O Sr. General era Comandante de Pessoal e, em diferentes audições desta comissão parlamentar de inquérito, as questões dos recursos humanos vieram sempre à baila. Já deu explicação, relativamente sucinta, quanto às questões de como se compõem as Unidades, sendo suposto que estas respondam às missões a que estão alocadas.

Mas, Sr. General, não podemos deixar de lhe colocar a seguinte questão: em diferentes ocasiões, diferentes responsáveis militares deram sempre nota de que o pessoal é escasso, de que não chega. Não obstante, nunca foi assumido por ninguém que os militares alocados à segurança do Paiol Nacional de Tancos eram insuficientes para as necessidades, mas deram sempre nota de que as prioridades eram outras e de que o reforço e os recursos humanos iam para outras missões.

Por isso, Sr. General, pergunto-lhe se entende que, a determinada altura, a gestão do pessoal descurou aquilo que eram as missões internas em

detrimento das missões externas ou das missões alocadas pelo poder político e que os militares, naturalmente, têm de cumprir.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Nunca aconteceu descurar. Enquanto o Comandante da Logística pode fazer reservas de tudo, por exemplo, de rações de combate, de munições — os paióis servem para isso — não há reservas de pessoal. O pessoal está todo colocado de acordo com as prioridades estabelecidas e de acordo com quem o deve fazer, neste caso, o General Chefe do Exército. No Exército, é ele que estabelece as prioridades, se é para a brigada *A*, depois para a brigada *B*, depois para a brigada *C*, se depois deve ser para a escola «disto», para a escola «daquilo». Elas são seriadas de acordo com as prioridades e isso, depois, vai dar uma distribuição dos novos recrutas, por exemplo. Se saem 200, aplicam-se as prioridades e é assim que se coloca, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército. Por sua vez, ele marca essas prioridades de acordo com as missões.

Quando não dá para dar a todos, atenção, numa situação em que não temos os recursos humanos... E poderei dizer por que é que, na minha opinião, não os temos, se entenderem por bem fazer essa pergunta. Se tivéssemos todos os recursos humanos necessários... Por exemplo, nas praças, onde isto é mais premente, posso dizer-lhe quantas é que, em 2019, nós devíamos ter. Confesso que já não sei de cor.

Enfim, já saí do Exército há algum tempo e tenho tido outros interesses na vida. Mas só em praças, eram cerca de 9000 e tal e estamos muito abaixo disso. Portanto, nós teríamos, este ano, 9934 praças de efetivo autorizado. Estamos autorizados a ter este valor e estamos muito abaixo disso, porque, segundo consta, estamos com 7000 e tal ou 8000 de praças — estou a falar de praças, só em praças —, veja a *décalage*. Estamos muito abaixo e, quando estamos assim, temos de estabelecer prioridades.

Como é evidente, disse que quando se atribui uma força à ONU ou como na República Centro Africana, é definido um quadro orgânico. Se é para ter 157 homens, ali é que não pode faltar nada. Nem um homem!

Onde é que se corre riscos? Nas Unidades que aqui ficam. São riscos que têm de ser assumidos, porque, se não conseguimos ter mais, temos de correr determinados riscos.

Na segurança nunca se corre riscos, o que interessa é que tenhamos os homens a prover à segurança das Unidades de acordo com a ameaça identificada. Se não houver ameaça não é preciso ninguém.

Em minha casa não fica ninguém acordado de noite, a tomar conta do que vier aí, porque não há ameaça. Não tenho nada para se roubar!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, os Paióis Nacionais de Tancos são uma infraestrutura crítica.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Ora bem, por isso é que estavam lá! Mesmo em estado Alfa, havia uma guarda permanente.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, ainda retomando o assunto, sabemos que quem define as prioridades tem de fazer a gestão do pessoal e correr riscos. A questão é a assunção de missões e de tarefas, em função do quadro de pessoal que temos.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Pois, é difícil. É muito difícil!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. General, numa altura em que todos os responsáveis militares e muitos dos partidos políticos que estão à

volta desta mesa apregoavam a participação das nossas Forças Armadas em missões de proteção civil, quando, para além das missões externas, como a da República Centro Africana que referiu, também tínhamos participação em missões NATO — temos, aliás, participações NATO em permanência —, a «manta» é curta!

A pergunta que lhe coloco é se a componente da defesa nacional não ficou desguarnecida relativamente a isto e se quem faz a avaliação da assunção das responsabilidades, da assunção de missões, não deveria ter dito «não dá, por aqui não vamos» e bater o pé. Isto, para não utilizar aquela expressão que utilizou no livro, para não ser isso!

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Exatamente, não tenho dúvidas, concordo consigo. Devia dizer assim: «Sr. Ministro, é tudo muito bonito, aparece no Telejornal e é espetacular, mas não temos homens para isso. Para fazermos isso, diga-me o que é que deixamos de fazer». Mas isto não é feito e não sei porquê.

Não sei porquê, mas tenho uma suspeita de porque é que não é feito, e tem um bocado a ver com as escolhas que são feitas, das chefias. Mas isso é só uma suspeição.

Quando tenho 10 homens, e isto é um exemplo arbitrário, todos empenhados — dois para ali, três para acolá, cinco para «acoli» — e me vêm dizer que querem mais uma missão onde eu sei que preciso de quatro homens, e eu não tenho 14, tenho de perguntar onde é que corto os quatro que tenho de pôr ali. Senão, Sr. Deputado, sabe o que é que acontece?

É o seguinte: os poucos militares que ainda estão,...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sobrecarregam-se!

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — ...  
sobrecarregam-se e vão-se embora, não ficam os seis anos.

Há várias razões por que não temos efetivos e uma é essa!

Neste momento, se um militar não tiver a sorte ou se não tiver hipótese de estar perto de casa... por exemplo, se está em Santa Margarida mas vive em Famalicão: está de guarda aos paióis de Santa Margarida, depois é provável que esteja de reforço à sua Unidade no fim-de-semana, a seguir vai para os incêndios e, por mês, vai um fim de semana a casa; gasta um balúrdio para chegar a casa e de subsídios de deslocamento recebe uma miséria que não chega para essas viagens.

Isto aguenta-se, claro, porque eles são novos. Têm 20, 21, 22 anos e aguentam, mas há uma altura em que dizem: «Vou procurar outra coisa, isto não me serve». E pagam indemnizações para se irem embora! Quando se justificam e são de pagar essas indemnizações, enfim, vão-se embora.

Sr. Deputado, não quer dizer que tenhamos mais candidatos, mas o Exército já identificou algumas coisas que poderiam aumentar o número de candidatos. Uma não é, de certeza, pagar 190 € por mês, durante os quatro meses de recruta, e isto já foi dito vezes sem conta! Esses 190 € não dão para a viagem para ir a casa. Não dá! Manifestamente, não dá.

Já se experimentou fazer a recruta perto de casa e longe de casa. Se estão perto de casa vêm as luzes da cozinha onde a mãe está a fazer o jantar, não aguentam e vão-se embora; se estão longe é porque estão longe... quer dizer, há sempre várias coisas...

Por exemplo, Sr. Deputado, a nossa estatística diz-nos que por cada 10 candidatos que manifestam vir para as fileiras do Exército apenas dois terminam a recruta e vão para as fileiras, ou seja, 20%. Quer dizer que para ter 1000 homens num ano tem de ter 5000 candidatos. Não dá. Não há hipótese.

Lembro-me, no último ano em que fui responsável pelo Exército e de que tenho dados, em 2016, precisávamos de incorporar 4000 homens. Porquê? Para atingir o número da reforma 2020 para 2016, que era de 9408 soldados, e ter um número suficiente para cobrir aqueles que saíam, que acabavam os seus seis anos de contrato.

Precisávamos de 4000, incorporámos 2800! Tem sido sempre assim. Perdemos, porque são os tais 190 € são as promoções, por exemplo... muitas pessoas perguntam-nos o que é que as promoções têm a ver, mas são muito importantes.

Por exemplo, num caso concreto, é dito a um jovem que vai para o CFO (curso de formação de oficiais), em regime de contrato, que ao fim de cinco anos de ser oficial é promovido de alferes a tenente e que faz o último ano como tenente; se for o sargento, já não é furriel, é segundo sargento no último ano de contrato.

Se o último ano é de janeiro a janeiro, e as promoções só são autorizadas em dezembro, ele só é tenente durante um mês e não recebe retroativos nem nada disso. Quando vai para casa, ou nas redes sociais, diz e faz circular isto: «não acreditem, porque o Exército está a mentir-vos. Não é nada cinco anos e depois passa a tenente!». Isto aplica-se ao tenente, ao sargento ou ao cabo. Acaba o curso de cabos e dois meses depois é promovido: não é verdade, porque se acabar o curso de cabos em fevereiro não é promovido em abril, é promovido em dezembro que é quando as promoções são autorizadas.

Eu disse isto ao Sr. Ministro Aguiar Branco, num *briefing* no quartel-general do Porto, e ao Sr. Ministro Azeredo Lopes, em janeiro, quando foi pela primeira vez ao Exército. As promoções não são uma coisa... não é igual aos outros sítios! As promoções são um ato de administração de recursos humanos fundamental para que não haja falta de candidatos. Os 190 € e os subsídios de deslocamento a mesma coisa.

Sr. Deputado, não podemos dar 100 € a uma pessoa, para ir para casa e vir, aos fins de semana, quando ela está longe de casa. E porque não há lugar para todos ao pé de casa, como é evidente. Se houvesse era ótimo, mas não é o caso.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Acredite que o Grupo Parlamentar do PCP tem feito boa nota dessas questões e tem colocado esses problemas. Algumas coisas conseguimos, outras ainda não.

Ainda relativamente a esta questão, queria colocar-lhe a seguinte problemática: o Sr. General disse que deveríamos ter tido quem, a determinadas missões, respondesse que com os recursos humanos que temos não conseguimos responder, mas a determinada altura insinuou que havia um problema, ou que desconfiava...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não insinuei! Não faço insinuações!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Referiu a questão da escolha das chefias e a última pergunta que lhe queria colocar era a seguinte: há, ou não, uma excessiva intromissão do Governo nas escolhas das chefias que permite criar um cenário em que quem está a comandar diga «não», com maior ou menor facilidade, ao poder político?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Concordo, quer dizer, isso não deveria ser um problema, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Mas é ou não?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não deveria ser. Já lhe vou dizer o que é que eu acho.

Não deveria ser porque, afinal, Deputados, Governo, militares, estamos todos cá para o mesmo, para garantir a segurança e o bem-estar. É para isto que existem os Estados: segurança e bem-estar.

Portanto, deve ser do interesse de toda a gente, dos órgãos do poder político, que as Forças Armadas estejam como deve ser: equipadas, com recursos humanos e por aí fora. Nem tudo é possível, sim senhor...

O problema de haver «oposição» entre um chefe-militar e um ministro, ou seja, o poder político, é um problema que não se deveria pôr! Deveriam estar de acordo porque o caminho é sempre o mesmo, deve ser o mesmo.

Ora, acontece que não é assim e quando não é assim há choques. Havendo choques, o que é que acho que seria preferível?

Preferível era a situação anterior, que descrevi, ou seja, não ser necessário haver confronto porque, enfim, as coisas são óbvias. Mas não é isso que acontece.

Acontece que, e isto é uma leitura que faço — não é uma insinuação, é uma perceção que tive durante toda a vida —, talvez por causa do que se passou há 40 anos em Portugal, com o 25 de Abril e o 25 de Novembro, ainda há muitas feridas, provavelmente, há muita desconfiança.

O que é certo é que um determinado indivíduo que chega a Ministro da Defesa, não interessa quem — provavelmente sempre bem preparado, são sempre pessoas de uma honestidade que não ponho em causa — parece que pensa assim: «Estes militares estão a dizer-nos que precisam disto e daquilo mas não precisam, estão a tentar enganar-nos». É esta dúvida que se instala e que leva a que depois haja «confronto», confronto de ideias e assim...

Não acreditar no que um chefe militar lhe diz é uma coisa inadmissível para mim, como o contrário também o é. Ou seja, se o Ministro me diz uma

coisa é para fazer, mas é para fazer dentro da lei, obviamente, e dentro desta perspetiva de que vamos todos para o mesmo lado.

Ora bem, o que é que eu tenho visto? Algumas vezes, tenta-se que... não vou dizer que se escolhe os chefes que são menos firmes nas suas posições, não é isso que está em causa, mas se as Forças Armadas tivessem uma palavra a dizer na escolha dos seus chefes, nos vários ramos, como era até à lei entrar em vigor, no início dos anos 90. Até aí havia pelo menos a sensação de que aquele chefe não era apenas uma escolha política, pura e simples e mais nada, como é agora, o que cria logo, de alguma forma, ao primeiro incidente, a desconfiança nas fileiras — e isto existe — de que está à procura de qualquer coisa a seguir e isto assim não dá....

É essa a perceção que temos nas fileiras. Isto acontece ao longo da vida, umas vezes mais, outras vezes menos, depende da personalidade do chefe, da forma como ele diz as coisas e da personalidade do ministro que ele enfrenta, e não deveria ser assim.

Um País como o nosso não deveria estar ao sabor das personalidades do Ministro e do Chefe. As coisas deveriam rolar de uma forma natural e julgo que se não houvesse essa desconfiança de que «estes gajos vão escolher para chefe um gajo que não lembra a ninguém só para afrontar o poder político»... Não, porque a solução anterior era perfeita: três nomes. Se não gosta dos três, há outros três e agora, como somos tão poucos, chegava a uma ronda e pronto, poupava-se muita desconfiança, que julgo que existe e não deveria existir.

O Sr. **Presidente**: — Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Barros, nos mesmo termos.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PSD começo, então, por cumprimentar o Sr. Tenente-

General Calçada. Agradeço todas as informações e declarações que prestou ao longo desta audição. Para o Grupo Parlamentar do PSD é extremamente importante que possamos perceber o que falhou, politicamente, sob o ponto de vista das responsabilidades dos decisores políticos e até que ponto é que a instituição militar não foi defendida como deveria ser.

No fundo, mais do que o material que foi furtado, está aqui em causa a questão da segurança nacional e o prestígio do Exército que, como naturalmente compreenderá, como já referiu por várias vezes, foi afetado.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD, vamos começar por uma das afirmações que o Sr. Tenente-General Calçada fez nesta audição: «os cúmplices não têm perdão». Precisávamos de saber a que cúmplices se refere. Cúmplices políticos, também?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Cúmplices, não. Eu falava dos que perpetraram o furto e dos cúmplices internos, se os houver. A esses não pode haver perdão, nenhum perdão! Mesmo que entreguem as armas todas, mesmo que expliquem tudo, como parece que fizeram, não têm perdão. Não há perdão possível para quem fez uma coisa daquelas.

Não é possível a um português assaltar um quartel do Exército e isto ser tratado como «assaltaram, roubaram armamento...». Não, porque qualquer português deve olhar para o seu Exército... porque o Exército é dos portugueses, de todos! Nós fazemos questão de ser de todos, mesmo daqueles que não gostam de nós ou que acham que estamos a mais e que não devíamos existir. Nós estamos ao serviço mesmo desses portugueses, como demonstrámos várias vezes.

Uma coisa deste género não tem qualquer perdão e falo mesmo dos cúmplices do roubo, não falo de cumplicidades, porque isso tenho a certeza absoluta de que não houve, era o que mais faltava! Não houve! Agora, tomara

eu saber quem foi que roubou aquilo e quem foram os cúmplices internos, mas não sei ainda. Julgo que a Polícia Judiciária estará a tratar do assunto, está de certeza.

Portanto, que fique bem claro que eu não estava a falar de cumplicidades desse género, estava a falar do ladrão, dos ladrões, para usar uma expressão de português corrente.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Sr. General Calçada, estamos esclarecidos relativamente a esse aspeto.

Como sabe, para nós esta audição acaba por ser muito semelhante àquela que fizemos, em termos de conteúdo, com o Tenente-General Faria Menezes, porque, no fundo, juntamente com o senhor, acabaram por ser os dois comandantes mais mediáticos e que reagiram negativamente, assumindo o abandono das funções, indo para a reserva.

Pergunto-lhe se acha que estes comandantes, que foram exonerados, seriam um entrave à investigação se tivessem permanecido no cargo.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Pois claro que não seriam, porque vamos lá ver: isso é passar um atestado digamos que nem é de incompetência mas de desonestidade a um comandante. Um comandante de uma Unidade tem à guarda o estandarte, o estandarte nacional, que é uma coisa sagrada para nós. Não é a bandeira, é o estandarte. É a bandeira de guerra, como se chama nalguns países. Esse comandante recebe esse estandarte quando inicia as suas funções.

Eu tive a sorte de comandar Unidades Operacionais em todos os escalões, de pelotão a brigada e recordo-me de ter um estandarte na mão com os versos imortais de Camões: *Esta é a ditosa Pátria minha amada* e é uma coisa única que nunca mais esquecemos.

Portanto, este comandante é avaliado para o desempenho daquela função — não é para outras, é para aquela —, é escolhido e é, de certeza, uma pessoa honesta, porque provou toda a vida que era honesto, nunca se põe isso em causa.

Como é evidente, aqueles comandantes, em que cinco deles a única coisa que faziam era nomear os homens, estavam interessados em que se soubesse tudo e, como era evidente, não iam entrar nada. Passar isso pela cabeça de alguém é que não consigo entender, confesso, não consigo.

E devo dizer que também pedi para me vir embora porque disse que queria continuar a ser amigo — e penso que ainda sou, sou mesmo — do cidadão Frederico José Rovisco Duarte, ao qual me liga uma amizade enorme. Agora, ele, como chefe militar, não! Não conseguia estar às ordens dele nem mais um minuto, como eu lhe disse a ele, que poderá confirmar isso.

Mas é só isso, porque fez uma coisa que para mim é inaceitável, absolutamente impensável. Isto pode parecer uma coisa de somenos para muita gente, mas para um militar como eu, pelo menos, e para o General Menezes, como se viu, não é possível fazer uma coisa destas — cinco! E depois a forma como fez, não foi só o que decidiu, mas a forma como fez. Quer dizer, não é aceitável e, portanto, foi só isso.

Como é evidente, os coronéis iam fazer o melhor que podiam e que sabiam para se descobrir toda a verdade, como acho que continuaram a fazer a seguir, porque, pelos vistos, não foram reintegrados, foram novamente nomeados. Já agora, eu também queria dizer que, pela lei, eles são nomeados e exonerados e voltaram a ser nomeados, não foram suspensos, não foi nada disso, não havia processo.

Pode-se ser suspenso das suas funções enquanto se é objeto de um processo, mas não houve processo nenhum, eles foram exonerados por um ato administrativo legítimo, quer dizer, legal. Agora, é impensável! Para um

militar é impensável, porque liderar é também proteger os seus militares, os seus subordinados, até prova em contrário, porque também há presunção da inocência para os militares.

E mais: já agora, se me permite, também foi aqui dito, julgo eu, disseram-me, não assisti porque estive fora de Portugal até há duas semanas, portanto, não vi as primeiras audições, que foi comunicado que era uma estratégia de comunicação. Um militar, um soldado, um coronel, um general, nunca são objeto de uma estratégia de comunicação, quando muito, são a finalidade: comunica-se para chegar a eles na comunicação interna, nunca são objeto... Portanto, também se foi por essa razão, caramba, pá!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Relativamente ainda a este assunto, o Sr. Tenente-General, ao longo desta audiência, já referiu que na qualidade de Comandante de Pessoal falaram consigo, dando nota desta tomada de decisão para a exoneração. Deram-lhe conhecimento de que iriam proceder desta forma?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — O General Rovisco Duarte não ouviu o que eu pensava do assunto, não! Comunicou-me que tinha decidido exonerar os cinco comandantes responsáveis pela nomeação de pessoal às sete e meia do dia 1 de julho e, de facto, meia hora depois confirmou e disse: «Vou anunciar isso no *Telejornal*». O resto foi conversa entre nós os dois, mas também não durou muito, porque eu disse-lhe: «Pronto, pá, tu sabes o que vai acontecer, segunda-feira falamos».

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Durante essa comunicação, o Sr. ex-Chefe do Estado-Maior do Exército, Rovisco Duarte, chegou a comunicar-lhe que a exoneração seria transitória, seria temporária?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Por telefonema, não. Essa coisa de... Foi só na segunda-feira seguinte, quando estivemos novamente reunidos, por isso é que ele podia ter esperado e falar connosco. Na segunda-feira seguinte é que ele disse: «Eh, pá, não, isto é porque nós... tinha de decidir, enfim, tinha de decidir qualquer coisa». Bem, deu ali uma série de explicações, que não vêm aqui ao caso, mas disse: «Se depois estiver isto tudo bem, passo a coisa e posso readmiti-los, eu falo com eles» e por aí fora. Terá falado com eles depois, *a posteriori*.

No próprio sábado não sei se falou com todos, mas se falou foi por telemóvel. Era num sábado e as Unidades são em Tancos e ele está em Lisboa ou em Vendas Novas, onde vive. Não faço a mínima ideia onde estava. Portanto, se falou com algum foi pelo telefone, não foi cara a cara e estas coisas têm de ser cara a cara, não há outra maneira. Portanto, nesse telefonema não foi dito nada disso.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Também ficámos aqui a saber, na audição do Tenente-General Faria Menezes, que o Sr. ex-Chefe do Estado-Maior do Exército Róvisco Duarte terá comunicado ou terá dito que sofreu pressões e que era preciso agir e essa ação traduziu-se em exonerações. Tem conhecimento desta afirmação de Róvisco Duarte?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não, para ser bem preciso, vamos lá ver: o General Menezes terá falado — e eu conheço os dois — vezes sem conta com o General Róvisco Duarte, durante, imagino, várias vezes, e, portanto, se isso veio à baila foi na conversa com o General Menezes, sobre as pressões. Comigo, repito: foi às sete e meia e durou 3 minutos. A conversa não durou mais do que isso. Aliás, sou capaz de ainda ter gravado o tempo. E, portanto, comigo, nada!

Na segunda-feira, sim, é que se... O General Rovisco Duarte até usou a expressão que tinha de fazer uma coisa, pôr na ordem, digamos, dar um murro na mesa até por contraposição ao que se tinha passado na Proteção Civil, em que estava tudo ainda muito «não sei quantos» e ele achava que o Exército tinha de ser diferente e tinha de se atacar já aquilo, e tal.

Nesse Conselho eu abri a boca outra vez cinco minutos para dizer para ele me exonerar. Pedi-lhe para me exonerar das funções, porque ainda era novo, ainda podia continuar no ativo e havia mais sítios sem ser no Exército. Mas ele não me exonerou e então eu passei à reserva, fiz uma declaração de passagem à reserva porque podia.

Admito que muita gente, se calhar, teve vontade de fazer o mesmo e não fez porque estatutariamente não podia. Eu tive essa sorte de querer e poder, porque já tinha mais de 40 anos de serviço e mais de 55 anos de idade e, portanto, podia, e foi isso que fiz.

Foi só nessa altura que se aflorou o facto de ele ter de fazer qualquer coisa e não ser igual aos outros e de haver algumas pressões para se fazer alguma coisa que desse a ideia de que no Exército as coisas não eram como nos outros sítios, que se tinha mais ação e que se faziam as coisas de forma diferente. E no meu ver, fez-se de forma diferente — mal!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Ainda relativamente a esta questão da sua saída, todos percebemos que saiu em profunda divergência com Rovisco Duarte, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Com o General Rovisco Duarte, não, com o Frederico!...

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Tem de ligar o microfone!

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Isto foi só um aparte! Também tenho direito aos apartes!

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Portanto, saiu em profunda divergência. Pergunto-lhe se confirma esta divergência e pergunto-lhe se há mais alguma razão que esteja na base da sua saída, para além desta divergência.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não houve mais nenhuma razão. Vamos lá ver: como tive a ocasião de escrever, quando me despedi da tropa no Quartel-General do Porto, toda a vida — e julgo que sou conhecido por isso — disse sempre o que pensava aos meus comandantes, dentro da boa escola do Estado-Maior: diz-se o que se pensa e o chefe depois decide e nós temos de nos circunscrever à decisão do chefe, fazer dela o melhor possível. E foi sempre assim.

Houve muitas coisas, desde que ele foi General Chefe, com as quais estivemos em desacordo, mas ele era o chefe e eu, mesmo contrariando aquilo que pensava, sempre fiz por forma a aplicar as decisões dele, mesmo quando não concordava. Isto desde que as decisões dele não atentassem contra princípios e valores, eram questões de decisão estratégica mas não eram contra as bases fundacionais do exército. Como considerei que foram atacadas essas bases fundacionais, com a decisão demiti cinco coronéis, sem mais nem menos, porque foi mesmo sem mais nem menos, em cima do acontecimento.

E até foi surpreendente porque o General Rovisco Duarte é um homem ponderado, toda a vida foi um homem ponderado, eu é que era o que reagia, sempre fui assim, um bocadinho *à outrance* e de repente, ele não. Mas, nas outras vezes, como não se punham em causa esses princípios, eu sempre alinhiei pela decisão dele e fiz o melhor que podia e sabia. Por exemplo,

quando entrou em vigor o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), que implicava mudanças nas saídas, houve muita gente que queria sair do Exército, o que também é sintomático, mas teve de se tomar algumas medidas.

Eu propus uma coisa, ele decidiu outra, e eu assumi a decisão dele. Portanto, fui sempre assim, eu fui sempre assim! Naquele momento, com aquela decisão com a qual eu considerei que atentava valores e princípios, eu pus-me perante um dilema, porque não foi uma decisão fácil, a maturação não foi fácil. Eu fui visitar os meus locais de infância no domingo para pensar na vida. Ali tinha de haver uma decisão.

Vamos lá ver: só havia duas hipóteses — na minha perspetiva, volto a dizer, e não faço julgamentos de valor sobre a atitude de ninguém —, mas para mim só havia duas hipóteses: ou cumpria e aceitava a decisão do General Chefe e desonrava-me, era assim que eu pensava, ou, para manter a honra, eu tinha de me indisciplinar ou sair, se pudesse. Como podia sair, para não correr o risco também de me indisciplinar, porque, enfim, também já estou velho demais para iniciar uma carreira de revolucionário...

**O Sr. Jorge Machado (PCP):** — Vai sempre a tempo!

**O Sr. Ten. Gen. José Carlos Filipe Antunes Calçada:** — Vai-se sempre a tempo?! Está bem!

E, portanto, é o problema do dilema de consciência. Quer dizer, das duas, uma: eu aceito a decisão e desonro-me, porque nunca mais vou conseguir... Como é que o AGE aceita uma situação destas? Se não aceito e vou contra os ditames da disciplina, coisa que também não... E, portanto, podendo sair, saí! Foi só isto! Tão só! Porque outras discordâncias sempre houve, mas, houve, digamos, a capacidade de ultrapassar porque, lá está, não punha em causa princípios e valores que considero vitais para um Exército.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Portanto, concorda que estamos perante um capítulo muito negativo da história do Exército?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sim. Vamos lá a ver: o Exército português já teve situações complicadas, não é a primeira vez. Se atentarmos bem no resultado isto até nem é muito grave. Isto do ponto de vista do resultado. Em 1580 foi pior! Perdemos a batalha de Alcântara, com o D. António, Prior do Crato, e tivemos de gramar com os Habsburgos durante cerca 60 anos. Aí foi pior. Mas que foi grave, foi!

E foi grave porquê? Porque aquilo que é mais importante — digo eu! — numa força armada é a coesão, é adesão ao chefe.

Um chefe tem de ser respeitado — tem de ser fazer respeitar, ser respeitado e seguido. Quando se perde esta ligação de comandante a subordinados e vice-versa, é grave.

Se tivesse havido, naquele momento, um conflito, uma invasão, se Andorra nos invadissem, não conseguíamos agir porque estávamos divididos demais. Até contra Andorra, veja bem!

Ora, isto é que não pode acontecer num exército. Não pode, tem de estar unido — na desgraça, se for preciso, que era como estava. Na quinta-feira estávamos tristes mas unidos; no sábado continuávamos tristes, ainda mais tristes mas estávamos desunidos.

Partiu-se ao meio o Conselho Superior do Exército, e éramos meia dúzia. Repercutiu-se pelas fileiras, nós sabemos. Enfim, não deu nas vistas porque os coronéis, tenentes-coronéis, capitães e majores têm é que obedecer ao chefe direto e acabou, e continuar para a frente, que é assim que o Exército se vai levantar. Foi o que se passou.

Mas o Conselho Superior do Exército dividiu-se e não tinha razão nenhuma para se dividir naquele dia. Bastava, enfim, ter-se seguido o que é

costume: ouvir e deliberar em conformidade com aquilo que aprendemos nos bancos da escola, da Academia Militar, que não é a mesma coisa que uma faculdade.

Às vezes, este tipo de decisões são decisões de gestão perfeitamente normais. Perdoe-me mas um gestor de topo de uma qualquer empresa multinacional faz isto todos os dias, ou seja, demite o A, o B e o C e acabou a conversa. Aprendeu isso na melhor faculdade, em Harvard, na Escola de Economia, e fá-lo porque é uma medida de gestão perfeita. Mas o Exército não é uma empresa e a Academia militar não é uma faculdade de economia ou de gestão.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Então, concorda com o Tenente-General Faria Menezes, quando classificou esta situação como um atentado à família militar? Concorda?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sim. Teve repercussões nas famílias dos coronéis, nas mulheres e nos filhos, como é evidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Passando à questão do General Carlos Jerónimo, que afirmou nesta Comissão de Inquérito que neste processo tinha havido uma gestão político-militar verdadeiramente desastrosa, pergunto se concorda com esta afirmação.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Diria muito desastrosa.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Muito desastrosa. Pode desdobrar essa caracterização forte?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — O muito foi porque foi intensa, foi uma coisa nunca vista — nunca vista! — e completamente desfasada do que seria do mais puro bom senso fazer.

Por exemplo, há bocado dizia que, pessoalmente, não tenho nada — mas mesmo nada! — contra o Ministro Azeredo Lopes. Mas, sinceramente, em setembro, estava algures, já nem me lembro onde, e ouvi os excertos da tal entrevista à TSF onde o Sr. Ministro põe em causa que tivesse havido roubo. Aliás, não foi o único mas ele era Ministro, tem outras responsabilidades. Pensei assim: isto é inadmissível! Um Ministro não pode dizer isto. De duas, uma: ou está a chamar incompetente ao Exército, porque não sabe o que tem, não sabe o que lhe roubaram porque nem sabe o que tem, ou mentiroso, porque diz que roubaram e não roubaram, para esconder não sei o quê. Só há duas hipóteses.

Depois da confusão que se tinha gerado no País, mediaticamente e não só, vir dizer que, no limite, pode nem ter havido roubo, é inadmissível, porque só há duas hipóteses: ou ele está a dizer que o Exército é uma cambada de incompetentes que nem sabem o que têm e por isso é não sabem o que lhes roubaram, e, afinal, nem roubaram nada, ou sabem muito bem e estão a mentir para disfarçar faltas de material. Só há duas hipóteses, e um Ministro não pode dizer uma coisa destas, julgo eu.

Aliás, sobre Tancos e sobre o Ministro, enfim, pode haver muitas responsabilidades políticas e esta Comissão está aqui para as avaliar. Não me compete a mim avaliar quais são as responsabilidades políticas, quanto muito tenho suspeições e perceções, não tenho provas nenhuma nem nenhuma ideia em concreto, mas nem antes nem depois ouvi, da parte do Ministro, declarações assim tão... Mas essa não lembra a ninguém, sinceramente.

Bastava perguntar. Dizia: «eu tenho esta ideia. Sr. General, acha que eu diga uma coisa destas?» A resposta seria: «Sr. Ministro, não diga isso, porque isso não faz sentido.»

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — O Sr. Tenente-General tocou aí no aspeto da responsabilidade política. Então, vamos à participação do Ministro Azeredo Lopes.

O Tenente-General Faria Menezes, aquando da demissão do Ministro Azeredo Lopes, proferiu uma afirmação em que dizia que saudava o regresso a uma cultura de responsabilização.

No seu entender, e porque tocou no aspeto de que não apreciou algumas declarações do Sr. ex-Ministro Azeredo Lopes, o que é que significa esta afirmação do Tenente-General Faria Menezes?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Se há suspeitas de que houve conluio no aparecimento das armas, uma pessoa demitir-se enquanto decorrem as averiguações é o mais normal, julgo eu, ou seja, apresenta a demissão enquanto decorrem as averiguações. Depois sai ilibado ou não dessa tramitação de investigação.

Julgo que o facto de se demitir o Ministro Azeredo Lopes vem nesse seguimento, é a responsabilização, a responsabilidade.

Há suspeitas que houve conluio, através do Chefe de Gabinete ou não — para isso estão aqui os senhores e a Judiciária, não me compete a mim tirar nenhuma ilação —, mas julgo que é nesse sentido que o General Menezes falou. Como é evidente, não estou na cabeça do General Menezes. Conheço-o muito bem mas não a esse ponto de saber. Mas, para mim, numa leitura que faço assim de repente sobre o que me está a referir, é isto. É claro!

Se há uma suspeita de uma coisa grave, tem de se demitir enquanto decorre a averiguação. Depois, logo se vê se é completamente ilibado, como espero que seja, e está arrumado o assunto. Pelo menos fica de cara lavada!

Portanto, desse ponto de vista, julgo que foi o que o General Menezes quis dizer. Mas, repito, não estou na cabeça dele, não faço a mínima ideia.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Outra questão sobre a qual queria que me respondesse é se acha normal que os processos de averiguação efetuados tenham concluído pelo arquivamento do processo e apenas tenham ocorrido punições disciplinares nas patentes mais baixas, digamos.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Ora bem, voltamos a quando eu estava a responder a uma pergunta do Sr. Deputado Jorge Machado, do PCP. Há uma diferença entre culpa e responsabilidade.

Ali, o que se averiguou, e depois passou a processo disciplinar, no caso concreto do pessoal que estava de serviço naquele dia, foi que houve faltas disciplinares, puníveis do ponto de vista do RDM (Regulamento de Disciplina Militar), por parte do tal soldado e do sargento, que tiveram culpa objetiva porque estavam a dormir ou outra coisa. Não sei o que é que foi, sinceramente, mas foi uma coisa deste género.

Quanto ao resto, estamos a falar de responsabilização, que é diferente de culpa. Se calhar, houve outros culpados e não se investigou o suficiente. Não faço a mínima ideia!

Mas uma coisa é a responsabilidade, militar e política, e outra coisa é a culpa. O soldado, se teve culpa, teve culpa! Devia estar com os olhos abertos e não estava. E, se calhar, vai chegar-se à conclusão, nas averiguações que julgo que continuam a decorrer, que houve cumplicidades internas, como aqui foi dito — foi dito que só com cumplicidades é que havia o furto — e, como consequência, também haverá outros culpados, que serão

punidos em conformidade, se foram militares. Se forem civis há de ser num julgamento.

Todavia, do ponto de vista disciplinar, se calhar, há outros culpados. Para já, acho que é só houve o sargento e o cabo, mas foi por esta razão, digo eu. Uma coisa é a responsabilidade e outra coisa é a culpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Outra questão que gostaria de lhe colocar é se acha normal que um processo de inspeção e três processos de averiguações tivessem sido concluídos em 15 dias, em 10 dias úteis. Isso foi fruto de pressão dos comandantes exonerados? Qual é a sua opinião sobre isto, Sr. Tenente-General?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Muito sinceramente, não tenho... Não há uma medida do tempo, não há um tempo ótimo para um processo, é o que é necessário. Se calhar, foi curto, mas, se calhar, também foi cumprido... Quando apanhamos alguém em flagrante delito, é logo. É um processo que demora uma hora a fazer. Agora já não se pode, porque há tramitações, há tempos de resposta, etc., mas eu ainda sou do tempo, quando era capitão, em que se resolvia numa hora o processo de averiguações e disciplinar, quando era em flagrante.

O oficial de dia vai passar ronda, devia esta ali uma sentinela e não está porque está dormir na caserna. Qual é a dúvida? Vem o cabo de dia, confirma, aquilo era um instante, e ele vai passar uns fins de semana, largos, detido no quartel. Era assim dantes. Agora, há outras tramitações, mas há coisas que são óbvias e que são rápidas. O processo disciplinar a um cabo que faltou ao serviço ou a um sargento que esteve a dormir em vez de estar acordado e a passar rondas, é uma coisa rápida, digo eu.

Portanto, não lhe posso dizer se 15 dias foi pouco ou muito tempo. Se calhar, foi pouco para outras coisas, mas o processo, o verdadeiro processo

de investigação está a decorrer, pela polícia, por quem sabe, quem tem técnicas para fazer isso.

É que os militares, desse ponto de vista, quando estão no desempenho e não têm formação específica, são um bocadinho curiosos, quer dizer, não são propriamente profissionais de processos disciplinares. Aprenderam a fazê-los e fazem-nos.

Portanto, não lhe posso dizer se isto é muito ou pouco tempo, sinceramente. Não tem qualquer subterfugio a minha resposta. Não faço a mínima ideia.

Já agora, se me permite, se foram concluídos em 15 dias, acredito na competência de quem os fez e, portanto, não precisava de mais tempo para chegar às conclusões a que chegou. Isto muito sinceramente.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Uma questão sobre uma afirmação do General Serafino nesta Comissão de Inquérito, que referiu que o que aconteceu em Tancos era o reflexo do estado do Exército nos últimos anos. Gostava que o Sr. Tenente-General comentasse esta afirmação.

Acha mesmo que este é um reflexo do estado do Exército nos últimos anos — e gostava que se referisse também às opções políticas dos últimos anos — ou acha que foi um caso isolado, que resultou da conjugação da vontade e da oportunidade?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Por que é que esta é a pergunta de «um milhão»? Diz-se que o Exército é o espelho da Nação mas, diferentemente, o que é que acontece? Julgo que isto sempre foi assim.

Por exemplo, para citar uns séculos para trás e não dizer que é só agora, o Exército português, por altura da Guerra Fantástica, da Guerra dos Sete Anos, foi comandado por um general alemão, o Conde Lippe, Guilherme

Schaumburg-Lippe, que foi contratado pelo Marquês de Pombal, pelo Rei D. José, para vir organizar o exército para fazer face à eventual invasão espanhola, que depois se materializou no âmbito da Guerra dos Sete Anos, por causa do Pacto Bourbónico. E ele organizou o exército.

Em 1762, quando se foi embora daqui — e o seu contrato dizia que, durante 10 anos, ele devia vir cá de 2 em 2 anos, para ver se estava tudo bem e orientar as coisas —, o exército era um dos melhores da Europa. Mas era mesmo!

O Conde de Lippe veio cá duas vezes e à terceira disse que não valia a pena, porque já estavam a estragar tudo. É que veio o tempo da Viradeira. Morreu D. José, subiu ao trono D. Maria, e tudo o que tinha sido feito em Portugal voltou ao mesmo. Foi o que ficou conhecido na história como Viradeira, em que voltou tudo atrás.

Quando vieram as Invasões Francesas, Portugal já não tinha Exército. Porquê? Porque era uma despesa. Se não havia guerra! Havia mais sítio onde gastar o dinheiro e, portanto, o Exército podia esperar, porque não havia guerra, esquecendo-se que um Exército não se inventa de um dia para o outro, não se improvisa.

Um Exército tem de existir desde o tempo de paz, pronto para crescer e treinado! Por que é o treino que faz a diferença. É como uma equipa de futebol que não treina. Chega o domingo e aquilo é capaz de correr mal.

Ora bem, o Exército, se calhar, está num processo igual. Acabou o Ultramar, agora vamos para a NATO, voltamos à NATO e à União Europeia, vamos ter aqui umas tropas de cunho reduzido e que vamos tentando que estejam mais ou menos e que, quando desfilem, desfilem garbosos. E pouco mais. Não é, mas olhe que parece. É nisto que se tem traduzido o que o País faz do seu Exército.

Por exemplo, acabou o serviço militar obrigatório (SMO) em 2004. Eu era Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 3, em Estremoz. No dia

31 de dezembro deixei de ter soldados do SMO. A última incorporação do SMO foi em agosto, fizeram 4 meses de tropa, em dezembro foram-se embora. E em 2005, de repente, fiquei sem ninguém. Ninguém! Portanto, segurança, manutenção dos materiais, limpeza de armamentos — o Regimento de Cavalaria era uma Unidade de blindados —, limpeza das peças, das viaturas blindadas e por aí fora, fazia-as com quem? Com ninguém! Não havia!

O Exército perdeu, só com este processo, de extinção do SMO, cerca de 40% dos seus efetivos! Desde 2005, até agora, desde há 14 anos. Isto em pessoal. E em material? O único programa de compra de material, com princípio, meio e fim, digamos, para se transformar numa capacidade, que não é só material — capacidade é a doutrina, é a organização, é o treino, é liderança, é infraestruturas, é interoperabilidade, é uma série de coisas —, não foi concluído! Foi o programa das *Pandur*. Não foi concluído. O único, desde que acabou a Guerra do Ultramar!

O General Jerónimo falou aqui na G-3, com que andou, quando era aspirante. Em 1976, era tirocinante e andava a testar espingardas para substituir a G-3. Foi no ano em que entrei para a Academia Militar. Jurei bandeira com a G-3. Fui-me embora e a última guarda de honra que me fizeram tinham a G-3. Continua a ser a mesma. É uma pistola!

Os *jeeps*, num País normal, na tropa, duram 20 anos. Os nossos duram 40 anos. Nós ainda usamos a chaimite!

Nalguns casos, os porta-morteiros. Em Braga, lá estão! São viaturas com 60 anos — não é 60, mas é 50, pronto! Não é possível!

Portanto, é um bocadinho o reflexo do estado a que o Exército chegou. É um bocado, esta incúria, este desleixo que é bastante português. Eu gosto muito das tradições portuguesas, mas esta tradição de esquecer a tropa, mal acabe a guerra, só nós! Não é para se manter. Porque é isso que faz com que haja, depois...

Na próxima crise, vai voltar a ser o tempo das Invasões Francesas: tem de vir alguém de fora, organizar isto e, depois, quando está impecável, nós voltamos e começamos a estragar. Tem sido mais ou menos assim, ensinamos a história. Convinha que, de uma vez por todas, deixássemos de fazer isso, mas tem sido assim, sempre! Desde 1139. É quase uma constante da nossa história. E eu não sou historiador. Se calhar, há de haver aí historiadores que pensam de outra forma, mas a perceção que tenho é mais ou menos essa. Quando se começa a olhar, não há uma ameaça, não há um perigo, não há nada no horizonte — e não há, neste momento não há —, mas em 2050, quando houver, quem decidiu agora estará morto, não será julgado por isso, ou por outra, não pagará, e o Exército ter-se-á de improvisar outra vez, como aconteceu em 1808. Não acredito, mas, se calhar, é o nosso fado — eu não gostava que fosse.

Portanto, respondendo à sua pergunta, o General Serafim tem bastante razão quando diz que isto é um bocadinho o produto do que acabei de dizer.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Tenente-General.

Da nossa parte, para já, as questões do Grupo Parlamentar do PSD estão colocadas. Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Barros, e obrigado, também, ao Sr. General pelas respostas dadas.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Gomes, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. General Antunes Calçada, muito obrigado pela sua presença e pelas respostas que tem dado. Agora, chegou a vez de também o Partido Socialista lhe dar as boas vindas e fazer algumas perguntas.

Permita-me que comece, exatamente, por uma resposta que deu ao Sr. Deputado Jorge Machado, em que o senhor afirma que «a responsabilidade é toda nossa». Foi uma afirmação feita há pouco, nesta Comissão.

Perguntava-lhe o seguinte, Sr. General: entende ou é sua opinião de que, com esse acontecimento e, nessa altura, que o CEME se deveria ter demitido e os Srs. Generais também? O senhor via com bons olhos uma demissão em bloco, com o assumir de responsabilidades, que o senhor diz que são vossas?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sim. Não digo que fosse na altura. Vou repetir — já não sei a quem respondi, não sei se também foi ao Dr. Jorge Machado — o seguinte: na altura, eu e o General Menezes demitimo-nos por causa de uma atitude do General Chefe, mas também disse que, se na averiguação que fosse feita houvesse responsabilidade objetiva da cadeia de comando, no fim dessas conclusões, como julgo que se vieram a concluir algumas, nós nos deveríamos demitir.

Ou seja, se ele não tivesse demitido os cinco coronéis... Imaginemos, se o General Chefe não tivesse demitido os cinco comandantes, um deles era Tenente-Coronel — só foi promovido agora, no final do ano passado —, portanto, se não tivesse acontecido nada disso, tudo aquilo que tinha sido determinado no tal Conselho Superior do Exército informal, tido no Regimento de Comandos, que era averiguar, levar isto tudo até ao fim e assumirmos como instituição e como indivíduos as nossas responsabilidades, se tivéssemos chegado no fim à conclusão que a responsabilidade do que tinha acontecido era nossa, nós deveríamos demitir-nos, na altura, em bloco. Nessa altura seria em bloco.

Entretanto, aconteceu aquilo que referi, que foi o catalisador da demissão de dois dos Tenentes-Generais, no caso, eu e o General Menezes. Entretanto, continuou, continuou tudo e não se passou mais nada. Mas a

minha intenção, a minha ideia, já que me pergunta, é essa — tal como há bocado... Se não me exprimi bem, é essa a ideia que tinha.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Exprimiu-se bem, porque foi bastante afirmativo e bastante responsável ao assumir que a responsabilidade é vossa e que, na sua opinião, deveria haver quase o que poderia chamar de decapitação do generalato do Exército.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Mas às vezes tem de ser. Às vezes tem de ser!

Quando é para por as coisas em ordem, se calhar, às vezes, tem de ser! Durante a I Guerra Mundial, o Marechal Joffre mandou 200 generais para Limoges, foram *limogé*, foram demitidos. Foram para, digamos, uma Unidade de adidos onde ficaram à espera de colocação. Às vezes tem de ser! Não é isso que está em causa!

Porque, como digo, comandar não é passar revista. Na aceção de Mouzinho, que dizia «Comandar não é andar em fanfarras, em festas, passear a espada e desfilar deslumbrante perante a multidão que aplaude e as mulheres que sonham». Perante as mulheres que sonham com os militares garbosos, não é? Pronto.

Não é isso! Comandar não isso! Comandar é estar ao lado dos soldados, se for preciso morrer com eles, se for necessário, em última instância, comandá-los, protegê-los, alimentá-los, exercer a justiça — foi essa a primeira finalidade. A primeira finalidade, digamos, do comando de tropas — era o senhor de pendão e caldeira — era exercer a justiça e alimentar a tropa. Era isso que existia na Idade Média.

Nós devíamos ter assumido isso e, se fosse necessário, íamos todos. Também não somos muitos. E, mais, havia um rejuvenescimento do Exército e isto continuava. Não podemos estar agarrados aos lugares quando sentimos

que as coisas... Porque é difícil uma pessoa continuar a ver-se ao espelho, quando não assume as suas responsabilidades. É difícil! Julgo que fica muito difícil. Uma pessoa acaba por... E, pronto, eu não quero que os meus filhos tenham um dia, não quis, na altura, que tivessem um dia vergonha do pai. Quero que eles tenham orgulho, como julgo que têm.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Embora a demissão do Sr. General, a demissão, não, a passagem à reserva, peço desculpa...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Eu pedi para passar à reserva porque não me exoneraram.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Exato. A sua passagem à reserva, não é de forma nenhuma por haver culpa ou não culpa é pelo ato que foi feito...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Foi só isso.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Vê alguma relação, no sentido de procedimentos, entre o caso do Colégio Militar ou o caso dos Comandos e o caso de Tancos?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não. Quer dizer, não sei. Porque enquanto no caso de Tancos, perdão não, no caso do Colégio Militar foi público e fomos informados pelo General Jerónimo de que havia uma... Aliás, o Sr. Ministro confirmou isso, ele queria o afastamento do Subdiretor do Colégio Militar — agora, Coronel Grilo —, por causa das declarações que fez a uma reportagem de *O Observador* sobre o Colégio Militar e sobre a forma como se tratavam os miúdos que, eventualmente, são *gays*, são homossexuais. E foi-nos dito, claramente: «O

Ministro quer que eu... Eu não vou demitir, porque não há razão nenhuma.» Quando muito, haveria um processo... Lá está, as coisas têm de ser feitas...

Não é assim. Pode ser assim numa empresa, no Exército não é. E, portanto, ele recusou-se a fazer aquilo que o Ministro, insistentemente, segundo nos foi descrito, queria que fosse feito, que era afastar, desde logo, o Grilo — o Tenente-Coronel Grilo, na altura, agora Coronel — e, depois, então, fazer-se o resto das coisas. Pronto, houve ali, digamos, um braço de ferro, que é conhecido de todos.

Em Tancos, não sei se houve se houve essa pressão. Confesso que não sei. Não sei se o General Rovisco Duarte... Não faço a mínima ideia, não faço mesmo. Tenho suspeições, mas isso não conta, não conta.

Porque, das duas uma, se foi por pressão do Sr. Ministro é grave. É grave! Demitirem-se cinco coronéis por pressão é gravíssimo. Mas se foi por iniciativa do General Rovisco Duarte também é grave!

Portanto, para mim, pessoalmente, não interessa se foi com pressão ou sem pressão, foi uma coisa inenarrável, indescritível, pronto! Imperdoável! E, como tal, tomei a minha decisão. Mas para mim, General Calçada, não interessa saber se foi por pressão... Para os senhores, julgo que interessa, mas para mim deixou de interessar, a partir do momento em que foi uma coisa feita daquela forma. Portanto, não sei se foi igual. Não faço a mínima ideia.

Numa, foi conhecido de toda a gente que houve essa coisa, em Tancos, não sei. Confesso que não sei.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. General, que divergências é que teve, com as decisões políticas e operacionais relativas a este caso e em que medida?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Divergência só tive aquela. A partir daí, eu saí do Exército. Portanto, todas as

divergências que tenho não saíram da minha cabeça ou de algumas coisas que publiquei no *Facebook*, em verso. Mais nada. De resto, não tive mais divergências. Quer dizer, a divergência que tive foi no dia 1, quando me apercebi de uma decisão com a qual eu nem... Ainda hoje, sinceramente, não entendo aquilo. Portanto, com essa decisão, eu não conseguia continuar no ativo do Exército. E foi só isso. Foi a única divergência.

Claro que posso dizer que tive outras divergências, mas não foram divergências deste género. Foram discordâncias ou, melhor ainda, não concordâncias.

Fiquei chocado quando, face àquilo que já foi aqui descrito relativamente à carência de recursos humanos no Exército, se fazem propostas que não saem do Orçamento — porque isto foi dito ao Sr. Ministro Aguiar Branco, como foi dito ao Sr. Ministro Azeredo Lopes, foi dito, o caso das promoções, o caso do vencimento do praça quando está na recruta, tudo isso — e, depois, não acontece nada, não se fez nada, continua tudo na mesma, enfim, com algumas manobras dilatórias. Fico chocado!

Aliás, eu até nem ponho em causa que os ministros tenham boas intenções, sinceramente — pode parecer irónico, infelizmente —, mas, às vezes, chego a pensar que nas faculdades de Direito, quando quiserem dar um exemplo do que é a reserva mental, devem ver a atitude dos Ministros da Defesa nos últimos 40 anos em Portugal. Dizem uma coisa e fazem outra. Ou, por outra, depois acontece outra. Parece...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Os últimos 40, Sr. General?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Refiro-me aos 40 anos em que estive na tropa.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Nos últimos 40 anos!

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Mas isso já são leituras... Sinceramente.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Estava a brincar!

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Mas vamos ver: não é nos últimos 40 anos. Em boa verdade, como disse, e citei o exemplo do tempo do Conde de Lippe, foi nos últimos 400. Não é de agora, mas parece!

É sempre anunciada uma série de coisas. Quando fiz o *briefing* e propus quatro ou cinco medidas... Para não alongar, aquilo que considerava mais importante foi-me pedido para dizer ainda pelo General Jerónimo. E eu disse.

E quando me vim embora, nenhuma delas estava encadeada. Nenhuma! Nenhuma destas... Agora não sei como estão, mas presumo que a malta ainda receba só 190 €e que o subsídio de deslocamento, quando se está longe de casa, ainda seja o mesmo, que as promoções, como se viu, são só em dezembro e por aí fora, e as incorporações...

Repare, Sr. Deputado, quer que lhe dê um exemplo do que é que acho que é notável neste País? Vou-lhe dizer: no Comando de Pessoal organizámos, e tivemos o *agreement* da Comissão de Proteção de Dados, uma pré-candidatura *on-line* onde os miúdos, onde quer que estejam em Portugal, se podem pré candidatar para serem militares do Exército. Depois, na primeira oportunidade, poderiam passar para uma Unidade e seguiriam toda a tramitação. E aumentámos o número de candidaturas em 2016 e 2017.

Continuámos a ter a mesma percentagem daqueles que acabam a recrutar, mas aumentámos o número de candidaturas. Também tivemos mais

chumbos na PCS (prova de classificação e seleção), os miúdos cada vez ouvem pior, veem pior. É incrível, mas é verdade!

Adiante. Digamos que propus estas medidas e ficou...Não houve, digamos, nenhum desenvolvimento... Continua tudo na mesma!

Mas aumentámos as candidaturas. Houve uma altura em que, enfim, pensava que íamos atingir os números a que nos tínhamos proposto que eram 4000 em 2016, ficámos longe, como disse, e 3750 em 2017. Quando me fui embora só estavam atingidos 18% e fui a meio do ano. Presumo que aquilo, no fim do ano, tenha sido também muito abaixo.

Qual não é o meu espanto quando se vem a saber que muitas das medidas que agora foram para prolongar os contratos são em especialidades que não lembram a ninguém. A única coisa que o Exército pediu foi para ser o Exército a indicar quais as que dizem que a malta pode estar 18 anos na tropa. Mas isso não foi aceite.

São tudo indícios que nos levam a pensar que não sei... Muito sinceramente, gostava de ter uma resposta para este tipo de situações, mas não tenho uma resposta linear.

O que sei é que nos últimos anos tem sido sempre muito parecido. Não digo que seja de propósito, não digo que não haja boa vontade, não digo que não se queira fazer, mas daquilo que propus e apresentei como problema, em maio de 2015, no Porto, ao Governo anterior e, depois, em janeiro de 2016, aqui em Santa Apolónia já ao novo Ministro, enquanto estive no ativo, nada foi resolvido. Esse é que é problema dos recursos humanos do Exército

Não sei se respondi. Fugi um bocadinho à sua pergunta...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Sr. General, no dito Conselho Superior do Exército informal que foi feito no dia 1...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não, o dia 1 foi um sábado.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Na segunda-feira é que fizeram o Conselho informal?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Foi no dia em que soubemos, no dia 29, quinta-feira, no Regimento de Comandos.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quinta-feira.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Exatamente.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando se deu a exoneração dos cinco oficiais, o senhor só teve mesmo conhecimento por telefone?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Só. Só.

Foi por volta das 19 horas e 30 minutos e, por aquilo que me disse o General Menezes, foi porque o General Menezes lembrou ao General Rovisco Duarte: «Eh pá e já telefonaste a fulano tal?» — usou a minha alcunha desde os tempos dos bancos da Academia —; «Ele é o teu AGE! Daqui a bocado liga a televisão e...»

Nessa altura, não sei a que horas é que aconteceu esta conversa com o General Menezes, mas só foi às 19 horas e 30 minutos, a meia hora do Telejornal das 20 horas, da RTP1, onde foi feito o anúncio com as fotografias dos coronéis, enfim... Foi um bocado complicado...

Só soube às 19 horas e 30 minutos e disse-lhe taxativamente: «Não faças isso, isso não cabe na cabeça de ninguém e tu já sabes o que é que isso

significa para mim!» E ele respondeu: «Eh pá, mas tem de ser, porque temos de dar mostra que somos...»

Provavelmente fez uma leitura errada daquilo que tinha de fazer. Não ponho em causa a honestidade do General Rovisco Duarte. Não ponho. Não agiu... Não teve... Pronto, agiu mal, quer dizer, decidiu mal. Acontece, mas ali foi um mal muito grave. Para mim foi muito grave.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Foi tão grave que o levou à passagem à reserva.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Repito, a passagem à reserva foi uma consequência de ele me negar a exoneração. Eu disse, e as palavras foram estas: «Eh pá, quero continuar...»

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Quando foram? Na segunda-feira, dia 3.

Na segunda-feira, dia 3, já estava agendada há muito tempo, independentemente dos acontecimentos em Tancos, uma Reunião-geral de Comando e Informação do Exército que engloba os generais todos e os coronéis comandantes das Unidades e os sargentos-mores dessas respetivas Unidades.

Estava agendada uma reunião-geral, portanto, na segunda-feira à tarde, nas instalações da antiga Manutenção Militar, no Beato, que iam fechar e também era para encerrarmos, digamos, daquela forma, as ditas instalações.

Antes disso, tinha ficado combinado, depois dessa reunião dos Comandos, como íamos estar todos juntos, que fazíamos antes dessa reunião-

geral uma nova reunião só para nós, um novo Conselho Superior do Exército informal. Pronto. E seria nessa segunda-feira! E foi aí que veio à baila essa parte, não foi no telefonema. O telefonema durou dois minutos, nem tanto.

Disse que discordava completamente e disse o que isso representava. E na segunda-feira disse-lhe: «Não quero ficar mais um minuto sob o teu comando, exonera-me, se fazes favor.» E ele respondeu: «Exonerar não te exonero!» E eu contrapus: «Então, tenho de passar à reserva, porque já te disse que não fico mais um minuto sob o teu comando, porque quero continuar a ser amigo do cidadão!»

Foi assim. As minhas palavras foram estas. Não houve mais nada, foi isto. E deixei lá o papel, a declaração de passagem à reserva.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. General participou, esteve num almoço de homenagem ao Sr. Coronel Pipa Amorim. Concorda com o que foi dito nesse almoço, designadamente com a tentativa de se afogar o processo e o não apuramento de culpas?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não, vou dizer-lhe. Sobre o almoço... Para já, não teve a ver com Tancos. Não teve nada a ver com o objeto desta Comissão, mas não me importo de responder porque não é segredo nenhum.

O Coronel Pipa Amorim foi afastado legitimamente, legalmente, tudo bem. Não concordo com as razões invocadas, nem com a demissão em si, mas o General CEME tinha todo o direito de fazer o que fez.

Não concordei, porque considerei um insulto ao Coronel Pipa Amorim, com dizer que já estava previsto. Não estava previsto! Portanto, o General Chefe juntou ao, digamos, opróbrio de demitir um coronel por delito de opinião — que foi o que se passou — à humilhação de mentir sobre a

demissão, porque passou o tempo todo a dizer que já estava previsto e que não era por nada disso. Isso é que me custou.

Foi por isso que fui ao almoço. Fui para dar um abraço a um coronel que tinha sido demitido, injustamente na minha perspectiva, embora legalmente... Tal como aconteceu com os cinco coronéis, foi tudo legal, mas injustamente.

Mas não só foi demitido injustamente como foi humilhado porque disseram: «Não, pá, ele foi trocado de forma administrativa normal». Isto quando não tinha feito um ano de comando, o que não é normal.

Isso é que custou, porque a gente tem de assumir as coisas, dar um murro na mesa e dizer: «Fizeste uma asneira ou disseste algo, vais-te embora. Acabou! É por isto». E os jornais quando vêm perguntam e a gente diz: «Não, foi porque disse o que não devia e eu não concordei e eu é que sou o Chefe.»

Não foi!

**O Sr. Jorge Gomes (PS):** — Obrigado.

**O Sr. Ten. Gen. José Carlos Filipe Antunes Calçada:** — Tudo o que se passou à volta, antes e durante, desse almoço escapou-me completamente porque não alinho nessas coisas.

Quando tiver alguma coisa, do ponto de vista político, a fazer afirmo perante quem quer que seja ou escrevo num jornal ou qualquer coisa. Não me escondo atrás de almoços nem de jantares.

**O Sr. Jorge Gomes (PS):** — Pedia-lhe, já agora, a opinião sobre se estava de acordo com o movimento que queria entregar as espadas à porta de S. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente da República.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Também não estive e mais: o Coronel Tinoco de Faria, como já foi referido aqui por mim, faz o favor de ser meu amigo e julgo que faço o favor de ser amigo dele. Sou amigo dele.

Foi meu subordinado, corremos riscos juntos e, portanto, tenho por ele admiração, porque é um guerreiro, sem dúvida alguma. Tem os seus defeitos, como é evidente.

Quis organizar isso, mas eu demovi-o de o fazer. Telefonei-lhe e disse: «Pedro, não faças isso, pá, isso não lembra a ninguém! Não faças isso! É uma coisa que vai perturbar ainda mais o Exército». Isto porque foi naquela semana, nos tais 10 dias que abalaram o Exército. Eu disse-lhe: «Não faças isso!».

E ele atendeu ao meu pedido e desmarcou aquilo. Foi só isto, portanto não concordava com uma coisa daquelas até porque, como disse o General Menezes, a espada vai comigo para o túmulo.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. General já elogiou um oficial que pôs em causa a segurança do Presidente Clinton quando visitou Portugal. Não se se se recorda.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Quando?

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Quando o Presidente Clinton visitou Portugal, o Sr. General criticou um oficial ou, por outra, apoiou um oficial que pôs em causa ou os serviços de segurança do Sr. Presidente Clinton.

Acha normal que um oficial português ponha em causa não só a segurança desse presidente, mas também as relações entre os dois Estados?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Julgo que está a falar de uma altura em que era capitão e comandou uma guarda de honra.

Bem, não pôs em causa a segurança de ninguém, do Presidente Clinton. Vamos ver, segundo julgo, o que se passou, eu, no caso do, na altura, Capitão Tinoco de Faria teria feito o mesmo ou pior. O que se passou foi numa guarda de honra de uma Companhia do Exército português, independente há quase 900 anos... O meu Regimento de Cavalaria n.º 3 é mais antigo que os Estados Unidos da América, foi fundado em 1707 e os Estados Unidos nasceram em 1776!

Numa guarda de honra, vem o Presidente americano e os serviços de segurança, os chamados *Secret Services*, queriam passar revista às armas dessa Companhia de Comandos para ver se alguma tinha a bala na câmara para matar o Presidente Clinton!! Isto numa guarda de honra de um país soberano que ele vem visitar!!

Quando, e muito bem, o Capitão Tinoco de Faria disse: «Na minha tropa quem passa revista sou eu. Já passei revista e está tudo nos conformes. O senhor tem de acreditar na palavra do capitão português, como é evidente!»

É que nem passa pela cabeça de ninguém achar normal que, em solo português, no aeroporto de Lisboa, alguém passe revista a uma tropa para ver se está em condições e, já agora, se fizeram a barba ou se têm as botas engraxadas. Isso quem faz é o comandante e é por isso que ele é comandante. Na minha tropa, ninguém toca! E ele fez muito bem!

Devo dizer-lhe que teria feito o mesmo ou pior.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Pois, por isso o elogiou!

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não, não. Não o elogiei por causa disso. É a primeira vez que estou a falar nisto aqui.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Avançou, na altura da demissão do Sr. General, de Comandante de Pessoal do Exército, que ela se deveu a divergências inultrapassáveis. Apesar de já o ter dito, pode explicar mais profundamente quais foram essas divergências tão inultrapassáveis, para além da questão da sua honra que considerava que estava posta em causa.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Vamos ver, as divergências inultrapassáveis eram porque constatei... Julgo que já dei essa explicação.

Constatei que, afinal, 40 anos depois, com alguma pena minha, para não dizer uma grande mágoa, um camarada do meu curso tinha uma forma de ver os homens completamente diferente da minha e valores e princípios do Exército completamente diferentes dos meus.

Os homens não são um instrumento para nada, nem mediático, nem para comunicação, nem para nada. Os homens que comandamos são o nosso primeiro dever! Isto é como a tutela, o poder paternal.

Quer dizer, isto é um dever de direito ou um direito-dever, como queiram, em relação aos meus homens. E eu constatei — com espanto, devo dizer — que um coronel é descartável se der jeito ao Exército. Mas não pode ser! E foi isto que considerei uma divergência inultrapassável. Não consigo ultrapassar uma divergência desta ordem. É completamente diferente a minha forma de pensar e a do General Rovisco Duarte.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. General acha que, para os oficiais que foram exonerados, devia ter havido um processo disciplinar?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Só há duas maneiras de alguém ser exonerado de uma função, do ponto de vista normal — mas esta também foi legal, não estou a dizer o contrário.

Uma primeira é quando chega ao fim o seu tempo de comando e ele é substituído por outro oficial. Então, é feito um despacho de nomeação do novo oficial que substitui na função o anterior (isto sempre com os nomes) que, na mesma data, cessa as suas funções. Esta é uma exoneração por substituição. Uma segunda exoneração é por matéria disciplinar: portou-se mal ou está num processo de averiguações que passou a disciplinar ou a um processo-crime, e ele é exonerado, em virtude de esse processo estar a decorrer e enquanto decorre, e, depois, pode ou não ser punido.

Mas não foi nada disto que aconteceu, e foi por isso que me insurigi. A demissão foi antes de tudo o mais. Não havia nada, ainda não tinha começado nada.

Foi só isto.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — O Sr. General Menezes disse aqui que informou toda a cadeia de comando do assalto e que o informou a si também. Confirma esta afirmação?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Ele informou-me — e julgo já ter tido ocasião de o dizer no início... O roubo ou o furto foi detetado a meio da tarde do dia 28, quarta-feira. Portanto, foi tudo informado pela cadeia de comando e eu fui informado só à noite. Eu estava no Porto, o quartel-general é no Porto. E foi-me dito por ele, de forma genérica, sem entrar em pormenores, porque estávamos a falar pelo telemóvel, o seguinte: «Amanhã, quando chegares aos comandos...» Aliás, ele aproveitou para confirmar se eu ia à cerimónia dos comandos e eu disse «vou, porque depois, na sexta-feira, tenho de fazer em Belém, e vou».

Portanto, quando cheguei, no dia seguinte de manhã, ao Regimento de Comandos, fui então informado do que se passava e, depois, mais em pormenor, na reunião que se seguiu, nesse dia, quando terminou o Dia do Regimento de Comandos, altura em que tivemos o tal Conselho Superior informal, a seguir ao qual ainda fiz despacho com o General CEME, porque o comandante do pessoal tem sempre duas pastas gigantescas cheias de processos. Portanto, fui para casa, já tarde e a más horas, chateado e triste, mas confortado por termos encontrado uma maneira de proceder. E, depois, como já tive ocasião de dizer, no sábado, veio a surpresa.

Foi só isso.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Relativamente às exonerações, já explicou que não teve qualquer interferência, nem foi consultado, nem nada, apenas foi informado em meia hora. Isso é um procedimento normal dentro do Exército?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não, não é normal. Também por isso fiquei... É que até fui acusado de falta de lealdade para com o chefe. Mas, a meu ver, quem teve falta de lealdade foi ele para comigo, porque a lealdade é um processo biunívoco: é de baixo para cima e de cima para baixo. E eu fui posto completamente à margem. Portanto, se quer que lhe diga, não é nada normal. Tanto não é normal que deu o resultado que deu, que foi a minha demissão.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Então, considera que isto é mesmo uma situação em que há uma atitude e uma decisão unipessoal.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Nem mais! Exatamente, foi o que aconteceu.

Vamos lá ver: o General Rovisco Duarte pode muito bem ter entendido que estava a fazer o melhor para o Exército — não quero pôr isso em causa, que fique bem claro. Teimou naquela decisão! É que, pelos vistos, como já ouvimos aqui, o General Menezes fartou-se de tentar demovê-lo dessa decisão, mas ele persistiu, porque também é teimoso.

E o certo é que, muitas vezes, a teimosia não é mais do que a convicção no erro. E foi o que aconteceu. Provavelmente, estava convicto daquele erro, de que era o melhor para o Exército. Não ponho isso em causa. O certo é que, para mim, foi um erro. E a sua teimosia/convicção no erro levou ao que levou. Mas não é nada normal um procedimento desta natureza. Não é.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — As divergências inultrapassáveis que alegou para a sua exoneração são só mesmo as que apontou? E gostava que fosse muito claro nisso, porque para nós é importante perceber se são só mesmo essas, ou se há...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — As inultrapassáveis foram deste género. Já tive ocasião de dizer — julgo que em resposta ao PSD — que nós tivemos divergências, o que é normal, ao logo do tempo de comando em que coincidimos os dois nas funções, sendo ele General CEME e eu Ajudante-General do Exército.

Aí, tivemos divergências, não foram inultrapassáveis, porque, como não versavam sobre coisas que considero que são «sagradas», eu fiz sempre aquilo que um militar faz, ou seja, proponho aquilo que julgo que é o melhor, o nosso chefe decidia de outra forma e eu, depois, pegava na decisão dele e fazia dela, dessa decisão, com a qual, *ab initio*, não concordava, a melhor decisão possível, a melhor forma de ultrapassar as coisas. E sempre foi assim.

No Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares do Exército (RAMME), em que foi dada a indicação de uma coisa e ele deu de outra, eu alinhei, porque não eram coisas que eu considerasse de substância, de base da tropa, para usar uma expressão mais corrente.

Portanto, essas foram sempre ultrapassáveis. Quando chegou a esta, era inultrapassável e, portanto, já não podíamos coincidir em funções ao mesmo tempo. Ele não me quis exonerar para eu ir para outro sítio qualquer, para o EMGFA ou outro sítio qualquer, e eu tive de passar à reserva.

Foi só isso.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Agora, gostava de incidir as perguntas sobre ou especialmente sobre a questão de Tancos, concretamente sobre o furto ocorrido em Tancos — já ouvimos dizer que é furto, já ouvimos dizer que é incidente, o Sr. General, aqui, também já afirmou que tinha sido roubo...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Também podemos falar de desaparecimento!

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Desaparecimento, enfim...

Há uma explicação que tende a não ser dada com clareza e incisão, ao longo desta Comissão de Inquérito. Como é que foi possível acontecer o que aconteceu em Tancos, com Forças Armadas tão bem preparadas e treinadas, que é a nossa opinião, elogiadas pelas suas missões nacionais e internacionais? Como é que isto acontece?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Ouvi aqui também respostas do General Jerónimo, que até referiu que «pôr o pilha-galinhas no galinheiro» dá...

Na minha perspectiva, e do que me recordo dos Paióis Nacionais de Tancos, daqueles 18 paióis, sendo 13 da Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, 4 do Regimento de Engenharia e 1 do Regimento de Paraquedistas, naquele perímetro dos paióis, só é possível fazer uma coisa daquele género, desviar aquela quantidade de material, com cumplicidades internas, quer dizer, com um, dois, três, quatro — não sei, não faço ideia — , militares que proporcionem o acesso, que desviem atenções, que façam uma série de coisas...

Não sei, não sou ladrão, pelo que não tenho a mecânica... Mas já treinei, já fiz assalto — um assalto é diferente, mas também tem umas regras parecidas com aquilo que considero que é o roubo, pois também há infiltração num determinado sítio, depois, desvio e, depois, alarga-se a brecha e tira o material e, enfim, enquanto tudo isto decorre, alguém está a olhar para o lado.

Portanto, teve de haver cumplicidades internas. Não foi só o Sr. João Paulino — julgo que é assim que se chama aquele ex-fuzileiro —, não foi só ele sozinho, teve de haver cumplicidades externas e internas. Espero que um dia se saiba, mas, de outra forma, não seria possível. Esta é a minha opinião. E, quando assim é, não há segurança, não há videovigilância que dê. É que, se eu quiser roubar esta sala cheia de videovigilâncias, basta-me desligar as videovigilâncias, se eu for cúmplice de alguém que queira aqui entrar.

Julgo que, em Tancos, também se passou isto. Mas é uma perceção que eu tenho, não faço a mínima ideia em que pé estão as investigações, nem quero, é uma questão da Polícia Judiciária. Mas julgo que não era possível de outra forma. É a minha ideia.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — As audições desta Comissão de Inquérito, em meu entender, já se encaminham para um estado bastante avançado, já ouvimos muitas pessoas e muitos camaradas seus. Já fizemos um longo

trabalho de audições a diversos responsáveis militares e já acedemos a vários documentos que são da maior relevância para perceber o historial da degradação da segurança dos Paióis Nacionais de Tancos. Ficando claro que não se tratou de uma degradação que tenha acontecido de ontem para hoje.

É claro que para nós, e para estruturas de comando do Exército, desde pelo menos do início do século, sabia-se da situação de degradação das condições físicas da segurança de Tancos. Vários relatórios apontam para falhas ou ausência de planos de segurança ou de planos de segurança nunca testados, vedações danificadas, equipamento de videovigilância eletrónica obsoleto e inoperacional, sistemas sensórios desativados, obsoletos e inoperacionais, a ausência de um sistema de comunicações adequado ou a clara necessidade de limpeza e desmatação dos espaços em redor.

Por outro lado, a certa altura, o efetivo de pessoal para compor a guarda dos paióis ficou definido em um sargento, um cabo e seis soldados.

Sobre isto, quero fazer duas perguntas. Considera que a redução dos efetivos atribuídos — e sublinho atribuídos —, de 44 para 8, foi uma decisão lógica, no sentido de que esses 44 nunca eram totalmente empenhados nas missões de segurança aos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sr. Deputado, vamos lá ver: já referi que o efetivo de recursos humanos do Exército diminuiu os tais 35%. Na mesma altura, foi dito que muitas das tarefas que eram feitas por soldados, acabando o SMO passavam a ser desempenhadas por funcionários civis. Pois bem, o pessoal civil diminuiu 54%, no mesmo período de tempo, ou seja, em vez de aumentar, diminuiu. Portanto, sempre para ter menos gente — e «não se fazem omeletes sem ovos».

Mas devo dizer, e não sei se já alguém aqui respondeu a essa questão, que esses 44, que eram 1 oficial, 3 sargentos e 40 praças, não faziam serviço

ao mesmo tempo, eles não estavam a fazer a guarda ao mesmo tempo. Por dia, havia um quarto. Normalmente é isto: três dias a descansar e um dia de serviço. Portanto, seriam à volta de 10 os que estariam de serviço todos os dias.

Quando um fala em cinco unidades capazes de dar oito homens, cinco vezes oito dá 40, estamos com o mesmo efetivo, só que, em vez de ser da mesma unidade, o Regimento de Engenharia n.º 1, são de quatro ou cinco Unidades diferentes — essa é que é a diferença, são de cinco unidades diferentes —, mas a responsabilidade, julgo, continua a ser do Regimento de Engenharia, enfim, do CFT e os tais oito que faziam serviço diário, digamos que, ao fim de quatro dias, já soma 40 a fazer serviço. Portanto, o arranjo é que foi diferente, não houve uma diminuição, porque não estavam 44 a fazer serviço, todos os dias, 24 horas por dia, e sete dias por semana. Era em rotação.

Acho que é isto, porque é isto que se passa em todas as Unidades. Neste caso, Tancos não era diferente. Por exemplo, qualquer Unidade, do ponto de vista do quadro orgânico de um qualquer Regimento, de qualquer Unidade territorial, de escalão Regimento, como, por exemplo, e volto a falar, Vila Real, Viseu, Estremoz, etc., tem na sua Unidade, Subunidade de comando capitão, esquadrão ou companhia de comando e serviços, um pelotão de guarnição e segurança, que tem mais ou menos esses efetivos, ou seja, 1 oficial, 3 sargentos e 20 e tal praças (não são 40, são 20 e tal), para isso, para os serviços. Mas eles, os 20 e tal, não estão de serviço no mesmo dia.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — É que tem sido afirmado aqui que houve uma redução de pessoal de 44 para 8. Mas, como os 44 não fazem serviço conjunto, logo são os 8 ou os 10. Exatamente, muito obrigado.

O sargento da guarda aos Paióis Nacionais de Tancos está sob o comando do oficial de dia, pelo que este tem o dever de dar ordens expressas sobre o procedimento de segurança aos paióis. Está correto?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Está, sim!

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Constou, pelo menos à data do furto, que não o faziam. Considera essa situação normal? Considera que isso pode ter potenciado o roubo? Considera o Sr. General que o Exército falhou, depois de uma falha tão grande como esta, logo no dia em que houve o furto?

Já assumiu que houve um erro...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Quanto a isso, não há qualquer dúvida. Houve, e houve ali também. É que sempre que há uma coisa deste género, houve falhas. Ou porque não foi avaliada a ameaça, se for uma intrusão pela força ou qualquer coisa do género, ou porque quem devia estar de vigilância... E a sentinela, quando adormece, põe em causa a segurança de todos! Ou porque o sargento que devia mandar fazer a ronda, fazendo a reunião das rondas, não a fez ou porque, se calhar, era uma quarta-feira — não me lembro! — e era dia de futebol europeu, e isto quando joga o Benfica para o País para, e bem. Portanto, se calhar, houve uma reunião de acontecimentos que, provavelmente, fez com que fosse a tempestade perfeita.

Agora, que houve falhas, é evidente. Numa coisa deste género teve de haver falhas. Às vezes, as falhas podem ser não propositadas, podem ser acidentais, mas houve falhas de certeza.

Isto é como quando vamos a conduzir e batemos. Não queríamos bater mas aconteceu. Houve uma falha de travões, uma distração ou qualquer coisa, como ir a uma velocidade superior àquela que seria normal, etc.

Aqui, numa coisa desta, houve falhas de certeza absoluta! Não há outra hipótese.

Simplesmente, volto a repetir, se houve cumplicidades internas, por muita gente que houvesse, por muitos sistemas que houvesse, havia sempre lugar ao roubo.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Ofereço os 5 segundos que me restam ao Sr. Presidente da Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela sua generosidade.

Concluimos então a inquirição por parte do Grupo Parlamentar do PS e passamos ao Sr. Deputado João Vasconcelos, para encerrar a primeira ronda.

Ao que creio nenhum dos grupos parlamentares irá usar a segunda ronda de perguntas a que tem direito.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em nome do Bloco de Esquerda, quero cumprimentar o Sr. Ten. Gen. Antunes Calçada.

De facto, cabe-me a mim encerrar esta ronda, que já vai longa. Assim, coloco algumas questões, procurando não me repetir mas abordando questões que aqui foram já faladas e a que o Sr. General até já respondeu.

O Sr. General, logo de início, disse que o Exército foi atingido, foi atacado no seu âmago mas, que, enfim, saberá recompor-se — foi mais ou menos esta expressão —, que é uma instituição quase sagrada. O que lhe pergunto é se o Exército foi atingido na sua credibilidade e se alguma vez, com os acontecimentos de Tancos, esteve em causa a segurança do País.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — A segurança do País não; na minha perspetiva, não.

Porquê? Porque neste momento, na avaliação das ameaças, a possibilidade de um ataque convencional ao nosso país é muito baixa, ou quase nula.

Portanto, desse ponto de vista, se entendermos a segurança proporcionada pelas Forças Armadas como contra um adversário ou inimigo externo que nos ataque, não foi posta em causa. Desse ponto de vista da defesa, não.

Do ponto de vista da segurança, com o material que foi desviado e que depois apareceu, é evidente que se podiam fazer atentados terroristas. Aquele material nas mãos erradas... Um LAW, por muito obsoleto que esteja, destrói um autocarro carregado de crianças, por exemplo!

Os explosivos que foram roubados, as cargas de corte, rebentam com uma série de pontes, de caminhos de ferro, por exemplo, quando o comboio estiver a circular.

Desse ponto de vista, havia um risco, mas, quanto a mim, dada a natureza do roubo e por aí fora, julgo que não era disso que estávamos a falar, ou seja, que Portugal não terá corrido um risco de segurança, pelo menos desse ponto de vista.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Relativamente à exoneração dos cinco comandantes, de que também já falámos, o General Menezes admitiu que teria havido pressão de ordem superior; outro comandante falou de que se terá tratado de uma estratégia de comunicação do Sr. CEME. O que pergunto ao Sr. General é se, afinal, aquilo não terá sido uma espécie de cortina de fumo para sossegar a opinião pública — e a expressão é minha.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Se calhar, foi; se calhar, foi pensado assim. Não faço a mínima ideia.

Se foi, devo dizer que é completamente contraproducente, porque naquele momento, depois de haver um roubo, se havia qualquer coisa de que ter vergonha, ela já estava ali, ou seja, roubaram um paiol ao Exército, ao Exército que, à partida, está pronto para combater. É para isso que existem os exércitos.

Recordo também que os exércitos não servem para desfilar, não servem para fazer operações de apoio à paz, não servem para combater os incêndios, não servem para nada disso; os exércitos foram inventados para combater. Se quisermos uma forma mais dura de dizer as coisas, servem para matar. É para isto que servem os exércitos.

Como felizmente, graças a Deus, não temos conflitos todos os dias, nem todos os anos, nem todas as décadas e o exército é uma instituição que deve estar permanentemente equipada e treinada para esse confronto mais grave, terá meios que estão livres para fazer muitas coisas úteis ao País, em prol dos portugueses, mesmo daqueles que não concordam connosco. Isto é o normal para um exército.

Não sei se estou a responder à sua pergunta, mas a ideia é que o Exército continuou pronto para tudo.

Um exemplo: há pouco tempo, não sei há quanto, houve uma parte da autoestrada que vai de Coimbra para a Figueira da Foz que caiu ou ficou inoperacional. Portanto, deixou de ser possível atravessar a autoestrada. Foi construída uma ponte de apoios fixos pela Engenharia — não sei qual era o modelo — para os carros poderem continuar a passar.

Esse pelotão de Engenharia, da Companhia de Pontes, que montou essa ponte fê-lo em 24 horas, sem descanso e quase sem comer para que aquilo funcionasse. No dia seguir, os carros passavam. Naquele sítio hão de ter passado inúmeros carros com pessoas a bordo que não gostam do

Exército, acham que é uma despesa parva o que se gasta com o Exército porque não serve para nada, que nós somos uns tipos que só servem para gastar dinheiro ao País, etc., mas passaram numa ponte construída pelo Exército.

O Exército continua a ser uma instituição altamente credível. Lá fora, nas instituições, o Exército português é altamente considerado. Antes de ser Ajudante de General do Exército, desempenhei a função de representante militar nacional junto do Quartel-General Operacional da NATO, em Mons, o que comanda as operações, e sei bem o peso em que Portugal é tido.

Nas Conferências de Geração de Forças, sentava-me num anfiteatro e quando falávamos havia um burburinho de fundo. Quando eu falava, esse burburinho calava-se, e não era por ser eu — atenção! — era porque era Portugal a falar. E era por ordem alfabética e o P está lá para o fim. Mas, quando eu falava, esse burburinho calava-se, porque queriam ouvir o que Portugal tinha para dizer.

Portanto, continuamos a ser credíveis. Veja-se o desempenho que estamos a ter na República Centro-Africana e o que fizemos no Afeganistão.

Recordo o General CEMGFA inglês, que mais tarde foi comandante no Afeganistão, David Richards, que escreveu um livro, uma autobiografia, onde passa umas páginas largas das suas memórias a elogiar a força que teve à sua disposição no Afeganistão, na *Quick Reaction Force*, nos anos de 2006/2007. E é assim que estamos também a cumprir na República Centro-Africana.

Desse ponto de vista, correu mal e depois o assunto foi maltratado, mas continuamos a ser uma instituição em que os portugueses deviam acreditar — e julgo que acreditam —, e o escalão e o poder político devia reforçar com meios, com dinheiro, com material, com pessoas, entre outras coisas porque merece.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. General já manifestou que não concordou, efetivamente, com a demissão dos cinco comandantes. Até disse, a determinada altura, que o demitir cinco pessoas sem culpa formada se faz no fim de um processo disciplinar, não se anuncia assim na praça pública.

Sr. General, com este facto também se sentiu desautorizado?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sim, de alguma forma.

Alinhei aqui, para não me esquecer — já tenho alguma idade, embora não pareça, e isto é uma brincadeira, também temos de brincar um bocadinho...

O Sr. **Presidente**: — Permita-me dizer, e não é uma observação jocosa, que está, de facto, muito bem conservado.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Ora bem, foi por isto tudo: aquela decisão sobre os cinco mandantes foi errada pelo momento — não era o momento, não era o *timing* — e pela forma como foi feita e anunciada ao povo, na abertura de um telejornal, com as fotografias dos indivíduos em causa. Imagine um filho, ou uma mulher, que está ali, às 8 horas, preparado para jantar e vê o pai — «Olha o pai!» — demitido.

Portanto, pela forma e pelo conteúdo — «vou demiti-los para não interferirem e para o processo ser transparente, porque se continuarem nas suas unidades ainda vão enganar isto tudo» — e ainda pela comparação com o ano anterior, quando foi a substituição do General Jerónimo — e já vou em cinco razões — e pela coerência que eu tinha de ter perante o que tinha dito um ano antes.

Foi por isto.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — O Sr. General Rovisco Duarte, sobre os acontecimentos de Tancos, disse que houve erros estruturais e sistémicos, a tal cumplicidade interna também, desleixos, que se sentiu humilhado com o roubo, e que esses erros, que considerou estruturais e inadmissíveis, só poderiam ser assacados ao comando.

O Sr. General concorda com estas afirmações do General Rovisco Duarte?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Depende do que se entende como comando, mas ele, quando vier aqui, terá ocasião de explicar o que é o comando.

Para mim, o comando era ele, eu, o General Menezes. Era aquilo que eu disse na resposta ao Sr. Deputado Jorge Gomes.

Se não tivessem acontecido essas demissões e se se viessem a confirmar as responsabilidades de toda a cadeia de comando, não eram só os cinco comandantes. Então, nós também teríamos de nos demitir ou sermos demitidos, mas deveríamos tomar a iniciativa de dizer «vamos para casa e venham outros pôr isto de pé, porque nós falhámos, e de uma forma que não digo que humilhou mas, um bocado, desonrou o Exército».

Senti-me mal. Não consigo encontrar a palavra. O mal-estar foi muito grande e ainda hoje é.

Já agora também posso referir o seguinte: para não me deixar levar — porque sou uma pessoa que reage bastante às situações, não sou nenhum paz de alma, digamos assim, sou um bocadinho sanguíneo — sou ribatejano e estou habituado a apanhar as coisas pelos cornos, como se diz na gíria —, para evitar, nunca mais entrei numa unidade, estabelecimento ou órgão do Exército, com uma exceção.

Portanto, desde de julho de 2017 até hoje só voltei a entrar num quartel duas vezes, e uma foi agora, em fevereiro, no dia do Regimento de Lanceiros,

que é uma unidade que de Cavalaria, e porque, entretanto, já é outro Ministro e outro CEME. Enquanto vigorou a anterior equipa, só entrei uma vez, e foi em setembro de 2018, no Dia da Cavalaria e do Regimento de Cavalaria n.º 3, que foi em Vila Viçosa. Uma única vez, e porque era o dia da Arma de Cavalaria e eu fui diretor da Arma de Cavalaria enquanto estive no ativo — acumulava uma série de cargos — e fui Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 3, Dragões de Olivença, de Estremoz. Ali estive e foi a única vez que entrei numa instalação da tropa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Regressando novamente à apresentação do livro *O beijo da Quissonde*, sabe-se que o livro esteve para ser apresentado na Academia Militar mas foi apresentado na Sociedade Histórica da Independência de Portugal e que o CEME teria proibido a apresentação do livro na Academia Militar. O Sr. General conhece as razões dessa proibição?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Julgo que terá sido porque o Sr. General Rovisco Duarte terá considerado algumas declarações que o Tinoco de Faria fez nas redes sociais como atentatórias de si, General CEME, enfim, ofensivas, e, portanto, não proibiu.

Julgo que também aí não fez bem.

Como é que eu faria as coisas? Para já, a Academia Militar é de todos os ex-alunos ou não é de nenhum. Por muito que se goste, ou não, já houve gente que apresentou lá obras e estavam chateados com o CEME da altura. Mas enfim.

Como é que eu teria feito? Para já, teria deixado e se não gostasse do que escreviam sobre mim, eu, muito simplesmente, convocava-o ali e dir-lhe-ia: «Eh pá, estás para aí a escrever, anda cá, falas e dizes-me na cara o

que tens a dizer-me e eu digo-te!». E seria assim, em vez de ser de outras formas, e teria sanado esse incidente.

Esse incidente aconteceu, lembro-me, e, ainda por cima, foi proibido muito em cima do acontecimento e transferiram aquilo para a Sociedade Histórica, que é, enfim, um sítio tramado para parar o carro! Mas isso são pormenores.

Volto a repetir: o General CEME tinha toda a autoridade para proibir que aquilo se fizesse numa unidade do Exército. Pronto, mal ou bem ele escolheu essa via. Não concordo, mas tenho de a aceitar porque ela foi legal, atenção! Temos de ver a legitimidade e a legalidade — e quem sou eu para vos explicar, como é evidente sabem isso melhor do que eu, muito melhor —, e ele tinha tudo isso. Só que não pareceu muito bem porque, enfim, a Academia Militar é uma escola que é de todos. Aquilo era um acontecimento civil, enfim, julgo que incluía um pagamento por parte da editora, mas esses pormenores eu não sei.

Mas, proibiu, mudou para ali e pronto, fez-se ali.

Eu não teria feito assim, mas cada um tem o seu feitio e não ponho em causa esse tipo de coisas. Não o faria assim nem concordei que o tivesse feito assim, mas enfim.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Portanto, o Sr. General confirma que apresentou a sua demissão e que houve a tal reunião do Conselho Superior do Exército depois de ter participado na apresentação do livro? O que é que terá acontecido antes?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não, não, vamos lá a ver: o livro...

Vou repetir a fita do tempo: o livro foi no dia 7, na última vez em que me sentei no Conselho Superior do Exército. Sexta-feira, dia 7. E foi tudo ali

estabelecido, decidido: vou-me embora, vou passar à reserva. Foi decidido formalmente, porque já tinha sido apresentado por mim na segunda-feira, só que nessa segunda-feira, antes da reunião geral de Comando do Exército, na Manutenção Militar, foi um conselho informal e foi dito, pensado e eu concordei, que deveria ser num conselho formal, para que houvesse uma ata, para que ficasse escrito numa ata.

Esse conselho formal só teve hipótese de se realizar, em virtude da agenda de toda a gente, na sexta-feira seguinte, dia 7, na sequência do Dia do Comando de Logística onde, por causa da cerimónia, estávamos lá todos e estávamos de uniforme n.º 1. Portanto, nesse dia foi de n.º 1 que fizemos a reunião e dali é que fui para o livro. Mas quando fui para o livro já estava formalmente na reserva, o assunto já estava arrumado, o papel já estava entregue.

O dia certo foi no dia 14, porque teve efeito uma semana depois para que eu me pudesse despedir das entidades oficiais no Porto: do Presidente da Câmara, do Presidente da Assembleia, do Bispo, que, entretanto, faleceu, do Reitor, etc., de outras forças vivas da cidade. Foi só por isso que não produziu logo efeito e ainda durou mais dois dias. Na quarta-feira, dia 12, foi o último dia em que estive no ativo e já não fui a mais nenhum conselho. Portanto, o conselho foi antes do livro e depois disso não houve nada — quer dizer, comigo já não houve mais nada.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Nessa apresentação, o Sr. General terá dito, e passo a citar: «Não é um subordinado fácil. É o tipo de soldado, e isso foi a sorte que ele teve, de que eu gosto muito. É daqueles que questionam permanentemente o seu comandante e, quando é preciso, e é preciso muitas vezes, protegem os seus subordinados». Fim de citação.

Estava a dirigir-se ao autor do livro, ao Sr. Coronel Tinoco de Faria?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Sem dúvida alguma.

Que fique bem claro: o Tenente Coronel Tinoco de Faria é meu amigo, é meu camarada de armas, esteve ao meu lado em situações de risco numa operação no Kosovo e fiquei amigo dele. Não o conhecia antes, não o escolhi para que fosse comigo. A unidade era uma unidade organizada, aprontada pela Brigada Aerotransportada Independente, que agora se chama BRR, foi aprontada em Tancos, na antiga BA3, e foi a primeira unidade que foi para o Kosovo. Ele era o oficial de informações, tinha alguns conhecimentos de servo-croata, o que dava jeito, porque já lá tinha estado, e foi um oficial de informações, de *intelligence*, fantástico!

Conduziu várias operações de pesquisa de notícias que se transformaram em informações — há uma certa diferença, mas julgo que isso é doutrinário e já demoraria aqui muito tempo explicar — que conduziram a operações de cerca e busca feitas pelo agrupamento, com apreensões gigantescas de material de guerra. Esse agrupamento correu riscos, mas fez operações fantásticas, cujo responsável pela parte de informações era o Tenente Coronel Tinoco de Faria.

Correu fantasticamente, fiquei amigo dele, julgo que ele também é meu amigo e temos alguma admiração mútua. Tem defeitos, como toda a gente os tem, mas eu estava a referir-me a ele porque ele é mesmo assim, sempre foi assim. E foi assim comigo, questionava-me permanentemente. Mas eu não gosto de subordinados moles ou dúcteis, gosto daqueles que mais preferem quebrar do que torcer, talvez também porque sou ribatejano!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, ainda não li o livro, confesso-lhe que ainda não tive tempo, espero vir um dia a lê-lo, mas há aqui um aspeto em que fiquei com algumas dúvidas.

Exatamente das passagens que li e que o Sr. General diz que se refere ao autor do livro, vem o seguinte: «Em vez de ser o contrário, como hoje parece ser muito comum em várias organizações e noutras onde nunca suspeitei que isso pudesse acontecer, onde se é sabujo para cima e cão para baixo». O Sr. General já disse que não estava a referir-se ao Sr. Rovisco Duarte, mas, no mesmo seguimento, ficamos com dúvidas. O Sr. General pode explicar, efetivamente, esta passagem?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Vou repetir. Não me estava a referir não é ao senhor, é ao General Rovisco Duarte, ao General de quatro estrelas Rovisco Duarte.

Ora bem, vou repetir: li as provas do livro em fevereiro. Tomei as minhas notas em fevereiro. Sobre o Tinoco não precisei de tomar nenhuma medida porque conheço-o bem e falei, digamos... Mas li o livro com atenção porque foi a primeira vez que fui apresentar um livro.

Ele teve vários comandantes ao longo da vida e há um deles a quem se refere assim — não interessa quem foi, como é evidente não vou dizer aqui. E, infelizmente, nós, no Exército, não deveríamos ter chefes desse género, mas temos. Não deveríamos ter no Exército nem em lado nenhum: nem no Parlamento, nem no Governo, nem numa fábrica, nem numa farmácia, nem em lado nenhum. É assim que começam as tiranias, quando se é dúctil para cima, faz-se o que o chefe manda — não interessa o quê, se é legal, se é legítimo, ou o quê — e para baixo fazem-se todas as tropelias possíveis e imaginárias, pensando que se está a agradar ao chefe.

E nós sabemos a que é que conduzem estas formas de atuar: à Alemanha nazi, que estava cheia de chefes deste género — faz-se o que mandam, e depois, para baixo... Eh pá, não é assim! Não gosto de gente assim e ele também não gosta e como, quando escreveu o livro, estava muito

longe de acontecer o que quer que fosse em Tancos, não estava a referir-se ao General Rovisco, que ele nem conhecia.

Portanto, esta é uma coisa muito anterior, aquilo é uma espécie de um livro de memórias das coisas por que ele passou na tropa e encontrou, num determinado momento da vida, um chefe desse género. E eu referi-me a isso, que já estava escrito há muito tempo, repito. O livro foi apresentado às 8 horas da noite ou às sete e meia, já não me lembro, ao fim do dia, e eu saí da EMEL às 6 horas, quando acabou o dito Conselho que, como é evidente, acabou e foi tenso, brutalmente tenso, como calcularão.

Vinha no carro, no túnel do Marquês e por aí fora, para ir para a Baixa onde iria decorrer aquilo. Portanto, não era ali que eu iria tomar notas sobre o livro! E eu estava a lê-las, não estava a falar de improviso como estou a fazer aqui, estava a ler, na apresentação do livro, estava a comentar o livro ali, a ler. Portanto, não era, de certeza, sobre o General Rovisco Duarte e, repito, não tenho ideia de ser uma coisa assim, de fazer as coisas nesse sentido.

Pronto, errou porque também é teimoso e eu conheço-o bem e, como eu disse, muitas vezes a teimosia não passa da convicção no erro, pronto!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. General, mas confirma que essas declarações prestaram-se a confusões e a diversas interpretações, naturalmente, tendo em conta que são passagens seguidas...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Admito que se prestem a confusões, já o disse na altura, na sequência do que estava a acontecer, admito isso tudo, mas, repito, eu já estava fora do Exército e, portanto, não houve consequências disso para mim, já tinha saído.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Neste caso, como também já se falou aqui, fruto dessas exonerações houve um sentimento de mal-estar entre o Exército, entre os militares, e até no seio, quiçá, das Forças Armadas, e houve a tal dinamização do movimento, a tal manifestação das espadas,...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Não, não houve!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Dinamização, dinamização nas redes sociais, etc., falo nesse aspeto, apenas. Foi dinamizada pelo Sr. Tenente-Coronel Tinoco de Faria.

O que lhe pergunto é se esse movimento de descontentamento, ou esse possível movimento, se devia só ao caso de Tancos ou também a outros acontecimentos.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Essa ideia é anterior e tinha mais a ver com o que se tinha passado com os Comandos, com as mortes na instrução e com aquela pronúncia do Ministério Público. Não tinha especificamente a ver com Tancos, era mais uma sequência do que vinha de trás, em que ele terá achado que o Exército não estaria a atuar. Aliás, julgo que aquilo que ele terá escrito — não tenho a certeza nem me lembro da data —, um texto, nas redes sociais, onde criticava o General Rovisco Duarte pela atitude que terá ou não tomado no caso dos Comandos, por os ter detido no presídio de Tomar, não deveria tê-lo feito, etc.. Foi mais na sequência disso e não propriamente sobre Tancos e a demissão dos coronéis.

Também tudo isso foi contemporâneo, mas tinha mais a ver com... Para ele eram situações que estavam a arrastar-se e aquilo foi mais um epílogo com os coronéis. Isso foi também uma coisa que me surpreendeu e,

quando me apercebi disso, falei com ele ao telefone e, enfim, acho que consegui demovê-lo de organizar essa coisa.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Efetivamente, o Sr. Tenente-Coronel Tinoco de Faria explica as razões na página do *Facebook*, quando diz que foi a revolta contra a exoneração dos coronéis e contra a «instauração de processos-crime contra oficiais e sargentos dos Comandos humilhados na praça pública em processo sumário e apelidados de sádicos por um procurador do regime».

Efetivamente, foi um conjunto de acontecimentos.

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Já agora, em que dia foi?

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Pois, isso não tenho aqui.

O Sr. General já disse que desaconselhou esse movimento, efetivamente,...

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Desaconselhei porque não concordo!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — ... mas temos aqui um conjunto de situações em que, enfim, já havia um clima de mal-estar entre algumas chefias militares e o próprio poder político. E também em relação ao Sr. General CEME, temos um conjunto de situações: a questão do Colégio Militar, de que aqui já falámos; a questão dos Comandos; a questão, também, da retirada das tropas da missão no Kosovo, que o Sr. General Faria de Menezes também não concordou, manifestou essa posição e disse aqui que também procedeu mal relativamente a essa matéria.

Portanto, há aqui um conjunto de situações em que estava criado, quase, um clima muito tenso, na minha opinião, e, certamente, que o Sr. General concordará.

O Sr. General acha que é disparatada a tese do Sr. Coronel Vasco Lourenço de que o roubo de armamento em Tancos teria sido, não digo, encenação, mas teria tido outros envolvimento e que não teria sido um roubo fruto do termo mas, sim, algo para tramar alguém, por exemplo? Tramar o Governo, tramar o Ministro – e não estou a dizer que não houve roubo, o roubo existiu, mas teria sido outra dimensão – pelo menos, o Coronel Vasco Lourenço advoga essa tese.

Acha que é uma posição disparatada do Sr. Coronel Vasco Lourenço?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Eu não vou classificar disparatada essa opinião; agora, eu acho que não tem nada a ver. Isso é garantido.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Ou absurda. Será absurda?

O Sr. Ten. Gen. **José Carlos Filipe Antunes Calçada**: — Talvez absurda.

Mas vamos lá ver: o Coronel Lourenço tem direito a ter a sua opinião. Ele, de facto, às vezes – e não tenho nada contra o senhor... Mas devo dizer que ele saiu das fileiras em 1982, no ano em que eu fui promovido a alferes e está fora do Exército há 40 e tal anos. Quando saiu era tenente-coronel e há seis anos que desempenhava funções políticas no Conselho da Revolução, portanto tem 22 anos de serviço militar — se a memória não me falha —, dos quais os últimos seis em funções políticas no Conselho da Revolução, meritórias, não é isso que está em causa.

Mas quando diz o que diz, isso tem o valor que tem. Não é por ter sido a pessoa que foi, que tem mais valor o que diz.

Pelos vistos, desapareceu material e tem de se acreditar que o Exército – e volto a repetir aquilo que me aborreceu, entre aspas, no Ministro Azeredo Lopes, que foi quando disse que se calhar não houve roubo... Mas, então? Isto é um insulto ao Exército! E o Coronel Lourenço quando diz que, se calhar, não houve nada também está... Das duas uma: ou chama mentiroso ao CEME, que disse que roubaram e, afinal, não roubaram; foi para disfarçar... O incompetente nem sabe o que tem, porque desaparecem-lhe coisas, ou não sabe sequer se desapareceram ou não...!

É isto que eu considero que é um absurdo. É um absurdo dizer uma barbaridade destas, na minha perspetiva. Mas ele tem todo o direito a dizer... Não sei os meandros que o Sr. Coronel Lourenço conhece, mas o que é facto é que isto é a realidade... Houve material que desapareceu e, passados uns tempos, apareceu... A polícia está a fazer o seu trabalho. Se era para tramar alguém? Muito sinceramente... olhe, tramou-me a mim...

*Risos da Deputada do PSD Berta Cabral.*

... e tramou o General Menezes, que foi quem saiu antes de tempo.

Se era essa a ideia, conseguiu. Agora, julgo que quando ele se refere a que era para tramar alguém, não era aqui o General... Ele até numa entrevista ao *Diário de Notícias* disse que eu e o General Menezes eramos dois generais de direita e, como tal, não fazíamos grande falta ao Exército... Eh pá... Eu nem comento isto! Fica assim! Nem comento! Mas o Sr. Coronel Lourenço, de facto, não me conhece de lado nenhum, nunca me viu... Estive ao lado dele na apresentação de um livro do General Tomé Pinto na Sociedade Histórica da Independência de Portugal... Olhe, mais uma vez, no mesmo sítio. Foi a única vez que estive ao pé dele e, em alguns almoços ou jantares

da Academia Militar, de ex-alunos de 12 de janeiro, também o vejo e lembro-me dele na televisão nos tempos em que eu andava na Academia Militar.

Em 1982 ele passou à reserva, a seu pedido, aquando da extinção do Conselho da Revolução, e pronto! Ah, entretanto, foi promovido a coronel mais tarde, já na reserva, foi reclassificada a carreira... ou melhor não tem esse nome tem outro nome, foi reconstituída a carreira e é coronel e muito bem e tem todo o direito a dizer o que pensa.

Neste caso acho que não tem razão e não vou classificar nem de absurda nem de não sei quê, nem nada. Não tem razão, é a minha opinião!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a Mesa não regista nenhum pedido de palavra para uma segunda ronda e, portanto, resta-me agradecer ao Sr. General Antunes Calçada toda a disponibilidade para responder e creio que respondeu de forma perentória a todas as questões que foram colocadas.

Antes de dar por encerrada a reunião de hoje, quero apenas recordar às Sr.<sup>as</sup> Srs. Deputados que, existindo amanhã votações no plenário, iniciaremos os nossos trabalhos imediatamente após o plenário e teremos connosco o Sr. General Pina Monteiro.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

*Eram 21 horas e 14 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.

